

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIELLI PRESTES BITTENCOURT

**AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA DE CUBA: UMA ANÁLISE DOS
GOVERNOS DE FIDEL E RAÚL CASTRO (1996-2017)**

Porto Alegre

2017

MARIELLI PRESTES BITTENCOURT

**AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA DE CUBA: UMA ANÁLISE DOS
GOVERNOS DE FIDEL E RAÚL CASTRO (1996-2017)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Ranincheski

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Bittencourt, Marielli Prestes

As mudanças na política externa de Cuba: uma análise dos governo de Fidel e Raúl Castro (1996-2017) / Marielli Prestes Bittencourt. -- 2017.

63 f.

Orientadora: Sonia Maria Ranincheski.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Cuba. 2. Política externa. 3. Fidel Castro. 4.
Raúl Castro. 5. Mudança de política externa. I.
Ranincheski, Sonia Maria, orient. II. Título.

MARIELLI PRESTES BITTENCOURT

**AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA DE CUBA: UMA ANÁLISE DOS
GOVERNOS DE FIDEL E RAÚL CASTRO (1996-2017)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 03 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Sonia Maria Ranincheski – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

Prof.^a. Dr.^a. Carla Etiene Mendonça da Silva
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, uma vez que nada disso seria possível sem eles. É um privilégio poder me dedicar exclusivamente à Universidade, que eu só pude graças ao apoio incondicional dado por eles. Obrigada por toda força, amor e atenção dedicados a mim durante os quatro anos do curso, amo vocês!

À minha família, de modo geral, por toda torcida e incentivo ao longo dessa jornada. Fico muito feliz em poder compartilhar mais essa conquista com vocês.

Ao meu namorado, que sempre me incentivou a ir atrás dos meus sonhos e objetivos. Obrigada por ter sido minha força quando eu já não tinha mais e por nunca deixar eu esquecer o quanto eu queria chegar aqui. Aprendi contigo muito mais do que imaginas.

À Sonia, minha orientadora, que desde o início da graduação esteve ao meu lado, me ensinou sobre pesquisa, mas, principalmente, sobre ser humana.

Ao Henrique que apesar de não ser meu orientador de pesquisa, é de vida. Teus ensinamentos foram e são valiosíssimos para mim.

Às “Mirians”, os melhores amigos que eu poderia ter tido nessa etapa da minha vida: Ana, obrigada por ser essa amiga tão solícita e atenciosa. Thaís, pode não parecer, mas me ensinaste muito sobre o significado da palavra empatia e amizade. Bruno, te agradeço por todos momentos divertidos que me fizeste ter. Stefano, mesmo com teus trocadilhos mais inconvenientes, tornaste esses quatro anos mais alegres.

À “miga” Maria por ter me ensinado tanto sobre o Peru e ter me dado o privilégio de conviver com alguém tão cheia de luz durante esse tempo, gratidão!

À Roberta... o que seria de mim sem ti? Obrigada, muito obrigada porque estar, literalmente, sempre à disposição para me ajudar e me dar “abracinhos” que são capazes de deixar os dias mais leves.

Ao CESPRI que compartilhou comigo esse ano tão turbulento, mas que, pelo menos uma vez na semana, eu tinha alento passando algumas horas com vocês. Obrigada por terem sido mais que colegas de pesquisa, mas verdadeiros amigos com que pude compartilhar esse ano.

A todos vocês meu mais sincero e puro muito obrigada! Saibam que vocês foram fundamentais para que esse dia chegasse.

"Ser internacionalista es saldar nuestra propia deuda con la humanidad. Quien no sea capaz de luchar por otros, no será nunca suficientemente capaz de luchar por sí mismo." Fidel Castro

RESUMO

O presente trabalho discute a política externa cubana, em especial as possíveis diferenças entre a política externa em Cuba durante os governos de Fidel Castro (em seus dez últimos anos, 1996-2007) e Raul Castro (2008-2017). Assim, analisa-se os condicionantes para que esta mudança ocorresse, de forma a primeiro apresentar-se a política externa em cada um dos dois momentos propostos, posteriormente utilizando-se de métodos comparativos na análise dos dados encontrados para identificar mudanças. Por tratar-se do tema de política externa, ainda, foi necessário realizar a priori um estudo do contexto internacional no qual se insere Cuba, em especial no pós-Guerra Fria, em que se inicia o período estudado. No ínterim internacional, ainda, é observado como as oscilações do posicionamento dos Estados Unidos influenciaram novas ações na política externa cubana entre os dois períodos. Neste contexto, ainda fazem parte do escopo deste trabalho questões internas ao país, mas relevantes ao estudo da política externa, como o estudo dos mecanismos democráticos responsáveis pela formulação da política externa no país, assim como uma descrição do arranjo institucional existente no país para a formulação das políticas em geral.

Palavras-chave: Cuba. Política externa. Fidel Castro. Raúl Castro.

ABSTRACT

This monograph discusses Cuba's foreign policy, especially possible differences between its foreign policy in the governments led by Fidel Castro (in its last ten years, 1996-2007) and Raul Castro (2008-2017). This way, it analyses the conditioning for this change to occur, in a way that it first presents each of the foreign policies in both periods, for then to use comparative methods of analysis of the data in order to find and identify changes. Since it verses about foreign policy, one important part of this research was presenting the international background for Cuba's actions, especially in post-Cold War, which is where begins the period this monograph presents. It is also discussed in the international context about changes in the positioning for United States and how it influenced new actions in the Cuban foreign policy between both periods. In addition, it is stated in this monograph some analysis and explanation about the functioning of Cuba internally that affect foreign policy, for instance, about how does the democratic mechanisms for foreign policy formulation work in Cuba, and how is the institutional disposition for formulating policies in general inside the country.

Keywords: Cuba. Política externa. Fidel Castro. Raúl Castro.

RESUMEN

El presente trabajo discute la política exterior cubana, en especial las posibles diferencias entre la política exterior en Cuba durante los gobiernos de Fidel Castro (en sus diez últimos años, 1996-2007) y Raúl Castro (2008-2017). Así, se analizan los condicionantes para que este cambio ocurriera, de forma a primero presentarse la política externa en cada uno de los dos momentos propuestos, posteriormente utilizando métodos comparativos en el análisis de los datos encontrados para identificar cambios. Por tratarse del tema de política exterior, aún, fue necesario realizar a priori un estudio del contexto internacional en el que se inserta Cuba, en especial en la post-Guerra Fría, donde se inicia el período estudiado. En el ínterin internacional, todavía, se observa cómo las oscilaciones del posicionamiento de Estados Unidos influenciaron nuevas acciones en la política exterior cubana entre los dos períodos. En este contexto, todavía forman parte del alcance de este trabajo cuestiones internas al país, pero relevantes al estudio de la política exterior, como el estudio de los mecanismos democráticos responsables de la formulación de la política exterior en el país, así como una descripción del arreglo institucional existente en el país para la formulación de las políticas en general.

Palabras clave: Cuba. Política externa. Fidel Castro. Raúl Castro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA	– Aliança Bolivariana para as Américas
ALCA	– Área de Livre Comércio das Américas
ANPP	– Assembleia Nacional do Poder Popular
CALC	– Cúpula de América Latina e Caribe
ELAM	– Escola Latino-Americana de Medicina
EUA	– Estados Unidos da América
FAR	– Forças Armadas Revolucionárias
FEEM	– Federação de Estudantes do Ensino Médio
FEU	– Federação de Estudantes Universitários
GPA	– Grupos Parlamentares de Amizade
M-26-7	– Movimento 26 de Julho
MINFAR	– Ministério das Forças Armadas Revolucionárias
MININT	– Ministério do Interior
MINREX	– Ministério de Relações Externas
MNA	– Movimento dos Não-Alinhados
OEA	– Organização dos Estados Americanos
ONG	– Organização Não-Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCC	– Partido Comunista de Cuba
PSP	– Partido Socialista Popular
PURS	– Partido Unido da Revolução Socialista
UE	– União Europeia
UNASUL	– União de Nações Sul-americanas
UJC	– União dos Jovens Comunistas
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviética
USAID	– Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. FORMAÇÃO HISTÓRICA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO CUBANO	17
2.1. A REVOLUÇÃO CUBANA.....	17
2.2. O SISTEMA POLÍTICO CUBANO	20
2.3. FORMULADORES DA POLÍTICA EXTERNA DE CUBA.....	24
2.4. O FIM DA GUERRA FRIA – PERÍODO ESPECIAL EM TEMPOS DE PAZ	28
2.4.1. A reforma constitucional de 1992	29
2.5. CONCLUSÕES PARCIAIS	30
3. A POLÍTICA EXTERNA CUBANA DURANTE O GOVERNO DE FIDEL CASTRO (1996-2007)	32
3.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO	32
3.2. A POLÍTICA EXTERNA CUBANA NO PÓS-GUERRA FRIA.....	34
3.2.1. Análise de dados referente ao período de 1996 a 2007: declarações do MINREX e integrantes da comissão de relações internacionais	36
3.3. CONCLUSÕES PARCIAIS	40
4. A POLÍTICA EXTERNA CUBANA DURANTE O GOVERNO DE RAÚL CASTRO (2008-2017)	42
4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO	42
4.2. A POLÍTICA EXTERNA RAULISTA.....	44
4.2.1. Análise de dados referente ao período de 2008 a 2017.....	49
4.2.2. Mudança geracional	50
4.2.3. Mudanças em relação à política externa fidelista.....	51
4.3. CONCLUSÕES PARCIAIS	52
5. CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS	58
ANEXO A – RESULTADO DAS VOTAÇÕES CONTRA O BLOQUEIO NORTE-AMERICANO A CUBA NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU.....	63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar as possíveis mudanças ocorridas na política externa cubana quando da transição do governo de Fidel Castro para Raúl Castro, em 2008. Assim, delimitou-se um período de 22 anos a ser verificado, sendo os doze últimos anos do governo Fidel e os dez primeiros de Raúl. A partir de uma perspectiva Construtivista de Relações Internacionais, será analisada a política externa cubana nestes dois governos a fim de identificar quais foram as modificações ocorridas nesse campo.

Na década de 1990, Cuba entrava no Período Especial em Tempos de Paz em decorrência do fim da União Soviética, que era um grande parceiro comercial e político de Cuba. Nesse sentido, os anos 1990 constituíram-se em um período de reestabilização para Cuba, que pode ter significado, inclusive, um novo delineamento para a política externa, haja vista a dissolução da URSS. Ademais, no início década de 2000, George W. Bush, do partido Republicano, torna-se presidente dos Estados Unidos e reforça medidas anti-cubanas em sua administração.

A transição do governo de Fidel Castro para Raúl Castro se deu de forma gradual, tendo em vista que Fidel, por razões de saúde, em 2007, teve de se afastar do poder, sendo substituído por Raúl que assumiu a presidência de Cuba, oficialmente, no ano posterior. O período da administração de Raúl proposta para a análise, 2008-2017, caracteriza-se por uma mudança no cenário internacional, sobretudo no continente americano, como esforços no sentido de uma maior e mais institucionalizada integração regional e também a ascensão de Barack Obama no governo estadunidense, que levou, em 2014, a um processo de retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba.

Ainda quando colônia da Espanha, no século XIX, Cuba teve importância para os Estados Unidos, dada sua proximidade geográfica e também a relevância de sua localização – um grande arquipélago, em vista das demais ilhas caribenhas, que dá acesso ao Golfo do México. Quando a Revolução tornou-se vitoriosa em 1959, Cuba converteu-se, novamente, em uma preocupação para a política externa dos Estados Unidos, não só pelo contexto internacional conflituoso pela Guerra Fria, como também pelo sentimento que os estadunidenses nutriam sobre Cuba como uma região que pertencia a eles. Assim, a importância dada pelos diferentes governos dos Estados Unidos a

Cuba sempre foi grande, tendo suas medidas – com destaque ao embargo econômico – refletindo internacionalmente. A política externa estadunidense é, em muito, pautada em função de Cuba, o que faz com que este país adquira grande relevância no Sistema Internacional. Desse modo, o estudo de Cuba faz-se necessário para compreender não só pela sua importância e de sua experiência socialista, mas o porquê de tamanha expressão que este recebe pela maior potência internacional. Nesse sentido, trata-se de um dos países latino-americanos que mais sofreu com a oposição dos Estados Unidos e que, até hoje, resiste ao bloqueio estadunidense. Desse modo, o presente trabalho versará dar voz a um país periférico cujas ações são, muitas vezes, condicionadas pela imposição deste embargo.

Além da relevância da pesquisa para as Relações Internacionais, outra importância acadêmica do trabalho está no estudo do sistema político de Cuba, cujas características distintas dos demais países, influenciam no processo de decisão sobre a política externa. Em outras palavras, busca-se desmistificar a ideia de que a política externa em Cuba é formulada exclusivamente pelo presidente, demonstrando que há uma institucionalização, resguardada constitucionalmente, do processo de tomada de decisão de política externa.

O colapso do bloco socialista e o fim da União Soviética, no início da década de 1990, significaram um grande desafio para Cuba, que adentrou no chamado Período Especial em Tempos de Paz que previa mudanças em Cuba a fim de que o sistema político pudesse ser mantido. Simultaneamente, ocorriam mudanças no governo estadunidenses que levaram ao recrudescimento do embargo a Cuba. No início do século XXI, durante o governo Bush, há uma série de ações contrarrevolucionárias com o objetivo de gerar um conflito entre Estados Unidos e Cuba, o que dificulta as ações cubanas. Essa conjunção de fatores, leva o governo cubano a buscar alternativas para salvar o país – como diversificar as parcerias comerciais ou políticas.

Pode-se dizer que ações observadas com a ascensão de Raúl Castro como presidente de Cuba, em 2008, é resultado do amadurecimento das mudanças em curso desde meados da década de 1990, tendo em vista o agravamento das políticas contra Cuba tomadas pelo governo estadunidense. Ademais, o governo cubano buscou não só a diversificação da pauta exportadora – o que resultou no aumento do comércio e da venda de níquel na fatia de exportações cubanas – como também a de parceiros comerciais, nesse contexto surge Venezuela (com a ascensão de Chávez em 1998), China e Mercosul. As relações com Venezuela e Mercosul não estavam

limitadas ao âmbito comercial, mas visavam um estreitamento das relações políticas, aproveitando-se do ambiente favorável para integração do momento.

Considerando as mudanças implementadas a partir do governo de Raúl Castro, apontadas acima, busca-se compreender quais são os condicionantes de uma eventual mudança na política externa de Cuba? Espera-se, portanto, que ao identificar e analisar tais condicionantes, este trabalho possa contribuir para uma melhor visão sobre o funcionamento da sociedade cubana. Nesse sentido, formula-se as seguintes hipóteses: 1) a mudança percebida na política externa cubana é reflexo de uma mudança geracional dentro do país; 2) o caráter democrático das instituições responsáveis pela formulação da política externa de Cuba permite que tais mudanças externas sejam feitas; e 3) as oscilações das políticas estadunidenses voltadas à Cuba – simbolizada pelas mudanças presidenciais – exigiu do governo cubano novas ações na política externa.

Com base nisso, o objetivo geral da pesquisa é identificar e explicar os condicionantes que proporcionam uma mudança na política externa cubana no período de transição do governo de Fidel Castro para o de Raúl Castro, a dizer, entre 1996 e 2017. Além disso, foram estabelecidos três objetivos específicos: 1) identificar os elementos que comprovem uma mudança geracional nas lideranças e na população; 2) apontar os mecanismos democráticos responsáveis pela formulação da política externa de Cuba; 3) verificar a razão pela qual as oscilações dos Estados Unidos exigiram a tomada de novas ações por parte do governo cubano.

Assim, considerando os fatores internos em consonância aos externos, é proposto neste trabalho pesquisar e analisar a política externa cubana a fim de investigar quais foram os condicionantes dessa mudança e seus resultados práticos. Para o andamento do trabalho, faz-se necessária uma definição do conceito de política externa. Os Estados são vistos pelas principais teorias de Relações Internacionais – inclusive a que ilumina esta pesquisa – como a mais importante unidade do sistema internacional. Desse modo, a política externa dos Estados, de acordo com Figueira (2011, p.6-7), é

[...] a ação empreendida pelos países no plano internacional, não apenas aponta para os objetivos e linhas mestras que o país adotará na sua relação com os demais agentes do sistema internacional, mas também deve compor estratégias de atuação nas diversas dinâmicas da vida internacional, considerando, para tanto, o poder relativo que cada Estado possui em relação a seus pares.

A análise de política externa no campo das Relações Internacionais varia de acordo com de acordo com a teoria utilizada. Nesse sentido, a elaboração deste trabalho se dará por meio da perspectiva Construtivista, inaugurada por Alexander Wendt, em 1992, com a publicação do artigo “Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics” pela revista *International Organization*. O Construtivismo é uma teoria pós-positivista e considera os Estados como sendo construções sociais que se desenvolvem ao longo da história, ou seja, dispostos a interferências externas (SARFATI, 2005). Ainda que Wendt reconheça o Estado como a principal unidade de análise das relações internacionais, assemelhando-se à perspectiva realista, ele não o vê como atores homogêneos, considerando que cada Estado possui suas particularidades determinadas pelas relações estabelecidas interna e externamente, compondo, assim, sua identidade corporativa. Dessa maneira, os interesses nacionais são resultado desse processo social.

Ademais, no que diz respeito à análise de política externa, é fundamental a compreensão de como se dá o processo de tomada de decisão, ou seja, quem são os agentes responsáveis por definir o desenho da política exterior de um país. Desse modo, deve-se destacar as diferentes abordagens em relação a esse tema: A teoria realista - relevante, sobretudo, durante o século XX em razão das guerras de escala mundial que acometeram o período - possui uma análise pautada nas questões securitárias e bélicas dos Estados, sendo este considerado uma estrutura racional e monolítica. A partir disso, estabelece-se a perspectiva tradicionalista, que considera que as decisões de política externa são concentradas exclusivamente no poder Executivo. Por outro lado, tendo em vista uma nova realidade mundial, a abordagem neoinstitucionalista reproduz uma forma mais verossímil da estrutura internacional, reconhecendo a influência de outros atores. Assim, surge a tradição pluralista, a qual considera que a política externa possui um caráter interméstico, ou seja, não apenas o Estado, como também uma multiplicidade de atores que interagem/influenciam no processo de tomada de decisão (FIGUEIRA, 2011).

Segundo Kubalkova (2015), houve uma ruptura no campo de estudos das Relações Internacionais, que o dividiu entre análise de política externa (agente) e política internacional (estrutura). De acordo com o Construtivismo, essas duas unidades de análises não podem ser estudadas em separado, ou seja, desde o surgimento do Construtivismo como uma teoria na década de 1990, há uma tentativa de reunificar os dois ramos - agente e estrutura. Outrossim, os

construtivistas tendem a focar suas análises no agente, ou seja, no foreign-policy decision maker, considerando, contudo, a estrutura a qual o mesmo está inserido.

Ainda se tratando de análise de política externa, há o modelo elaborado por Charles Hermann (1990) que analisa as mudanças na política externa a partir de graus de mudança, sendo esta atribuída a quatro fatores de origem: líderes, burocratas, reestruturação doméstica e choques externos. Segundo o autor, as mudanças na política exterior dos países podem variar, de forma crescente, entre ajustes, mudanças de programa, de problemas/meta e de orientação internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Com base nessas informações, pode-se inferir que o modelo de Hermann se aproxima de uma análise construtivista de política externa, uma vez que leva em consideração fatores internos e externos para a mudança de orientação das políticas internacionais de um país, unificando agente e estrutura para a realização de sua avaliação. Ademais, os fatores apresentados por Hermann dificilmente serão vistos em separado, ou seja, uma mudança de política externa raramente ocorre devido apenas uma causa, sendo uma análise multicausal mais necessária. Nesse sentido, pode-se citar também a lógica dos jogos de dois níveis de Robert D. Putnam que argumenta que a política doméstica e internacional influenciam umas às outras; desse modo, “[...] os tomadores de decisão lutam para conciliar simultaneamente os imperativos domésticos e internacionais.” (PUTNAM, 2010, p. 170).

Com fins da realização do presente trabalho de diplomação, será feita a análise de discursos e intervenções de Fidel e Raúl Castro, do período em questão, bem como dos ministros de Relações Exteriores, a fim de verificar os delineamentos da política externa. Todos os discursos e intervenções de Fidel e Raúl Castro estão disponíveis no *site* oficial do governo cubano (<http://www.cubagob.cu/>). Para fins da realização desse trabalho, serão utilizados apenas os discursos proferidos entre 1996 e 2017 e que suas temáticas abordem questões sobre política exterior de Cuba.

No que diz respeito ao período estudado que corresponde ao governo de Fidel Castro, foram encontrados 217 discursos, ao passo que os discursos de Raúl Castro, no período posterior, somam 66. Ademais, será analisada a institucionalização política do país, composta por sua constituição e legislação. Para tanto, usar-se-á a Constituição de Cuba para verificar de que modo a política externa do país é formulada, ou seja, a quem é atribuída sua formulação. A Constituição de Cuba também está disponível online

De forma complementar, será analisada as diferentes legislaturas da comissão de relações internacionais da Assembleia Nacional. Para tanto, foi elaborado um quadro, o qual está disponível no apêndice B, a fim de verificar a frequência dos membros na comissão ao longo dos anos estudados. As informações referentes à comissão e seus membros, encontram-se disponíveis no *site* oficial da Assembleia Nacional (www.parlamentocubano.cu).

No que diz respeito às ações dos Estados Unidos perante Cuba, primeiramente, serão pontuados quais foram os presidentes estadunidenses em poder durante o período analisado, com isso, serão listadas quais as medidas tomadas por seus governos em relação a Cuba e, assim, buscar, através de discursos presidenciais e literatura especializada, compreender de forma os governos de Cuba reagiram a essas ações. Além disso, será buscada informações sobre a reação dos governos cubanos frente às medidas norte-americanas. De modo geral, será também analisada bibliografia especializada nos temas de política externa, política e histórica cubana, com o objetivo de fornecer a base necessária para a formulação do presente trabalho.

A revisão bibliográfica tem por objetivo resumir os principais temas, bem como os pensamentos dos autores a serem retratados no trabalho de conclusão, a fim de direcionar a escrita do trabalho de acordo com o sumário hipotético a ser desenvolvido. Intitulado “As mudanças na política externa de cuba: uma análise dos governos de Fidel e Raúl Castro (1996-2017)”, o presente trabalho insere-se na temática de análise de política externa, propondo-se, assim, a responder o seguinte problema de pesquisa: quais foram os condicionantes da mudança na política externa cubana a partir do governo de Raúl Castro. Dessa forma, as seções a seguir irão tratar de pontos importantes para a construção da resposta ao longo do trabalho de conclusão.

2. FORMAÇÃO HISTÓRICA E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO CUBANO

O objetivo do capítulo é fornecer conhecimento que permita a compreensão do sistema político cubano e, dessa forma, o processo de tomada de decisão, a fim de fornecer as bases necessárias para uma análise da política externa do país no período indicado. Para tanto é necessário, primeiramente, abordar a forma com que o atual sistema político foi implementado por meio da Revolução Cubana de 1959.

2.1. A REVOLUÇÃO CUBANA

Cuba é um arquipélago localizada no Caribe a poucos quilômetros dos Estados Unidos (EUA) de modo que este chegou a considerar o território cubano como sua fronteira natural e, assim, uma região a ser anexada. A figura 1 permite observar a proximidade com que Cuba se encontra em relação aos EUA. Durante a maior parte da história cubana, o país esteve sob domínio externo, a começar que nos séculos XV e XVIII Cuba fez parte do vasto império colonial espanhol. Cuba somente perdeu seu status de colônia espanhola em 1898, quando os EUA e Espanha travaram a Guerra Hispano-Americana, a qual culminou com a entrega de Cuba – bem como Porto Rico, Guam e Filipinas –, através do Tratado de Paris, à tutela estadunidense. Com o fim da ocupação militar, em 1902, iniciada durante o conflito com a Espanha, os EUA estabeleceram em Cuba um protetorado, a fim de que Cuba aceitasse voluntariamente a anexação (MONIZ BANDEIRA, 2008). No mesmo ano, Cuba torna-se virtualmente independente, ou seja, ainda que oficialmente independente de um outro país e adquirindo o *status* de república, ainda estava atada aos EUA por meio da Emenda Platt. A Emenda Platt permitiu que os EUA conservassem uma espécie de controle colonial em Cuba, além de impor um modelo de relacionamento entre os dois países (GOTT, 2004).

Figura 1 - localização de Cuba no Caribe e em relação aos EUA.



Fonte: Guia Geográfico [http://www.america-mapas.com/bahamas.htm]

O período que sucedeu a independência de Cuba foi marcado por intervenções militares estadunidenses, asseguradas pela Emenda Platt, e por governos fantoches. Ou seja, os EUA mantinham sua influência sobre o país através dos governantes, estes que deveriam garantir a ordem e os interesses norte-americanos em Cuba. Esse ambiente permitiu que grupos insurgentes fossem criados na ilha, e, nesse sentido, destaca-se o Movimento 26 de Julho (M-26-7). O M-26-7 foi organizado a fim de derrubar a ditadura de Fulgencio Batista, instaurada em 1952 e apoiada pelos EUA. A origem do grupo é a realização do ataque, em 26 de julho de 1953, liderado por Fidel Castro, ao quartel-general Moncada, em Santiago de Cuba, o qual acaba fracassando; contudo, representou um desafio ao regime vigente (GOTT, 2006) que “[...] veio a ocupar um lugar celebrado na historiografia revolucionária, simbolizando o princípio de uma ruptura total com o passado” (CHOMSKY, 2015, p. 42). A importância do M-26-7 remete, pois, ao seu papel na constituição da guerrilha que veio a derrubar o governo Batista em 1959. Em menos de seis anos após o insucesso em Moncada, o M-26-7 – após um período no México, no qual Fidel e Raúl Castro reúnem-se com Che Guevara – conquista o poder de Cuba por meio de uma guerrilha organizada

desde a Sierra Maestra.

Deve-se atentar que a Revolução Cubana enquadra-se em um espectro maior de revoluções terceiro-mundistas, região que “formava uma zona mundial de revoluções”, conforme ressalta Hobsbawm (1995, p. 421). Além disso, o M-26-7 que levou a cabo a Revolução Cubana não possuía, em um primeiro momento, orientações socialistas, o que o diferencia dos demais movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, em que os partidos Comunistas tinham maior expressão ou foram responsáveis pelas revoluções em seus respectivos países. Nesse sentido, o processo de construção do atual Partido Comunista de Cuba (PCC) iniciou-se em 1961, quando o M-26-7, o Diretório Revolucionário e o Partido Socialista Popular (PSP) se unem e formam as Organizações Revolucionárias Integradas, que dois anos depois tornaram-se o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), o qual, em 1965, torna-se o PCC (AHMED, 1980). Isso aconteceu devido ao caráter socialista da Revolução ter sido declarado apenas em 1961, em razão do ataque estadunidense à Baía dos Porcos. Ou seja, a Revolução inicia sendo de natureza nacionalista e, sobretudo, anti-imperialista, haja vista as décadas de dependência vividas por Cuba, e com o tempo torna-se socialista (GOTT, 2006).

Com a vitória da Revolução Cubana em primeiro de janeiro de 1959, Fidel Castro, o líder do M-26-7, acreditava estar completando – no sentido de levar adiante – o trabalho de José Martí. Nascido em Havana, em 1853, José Martí foi um ativista revolucionário, defensor da independência e da igualdade racial. Em um período que passou na Venezuela, aliou ideias bolivarianas a sua já desenvolvida filosofia internacionalista. Martí morre, em conflito, durante a guerra de independência, em 1885 (GOTT, 2006). Nesse sentido, o próprio ideário de Martí é levado como referência no PCC, como pode ser visto em seu estatuto:

O Partido Comunista de Cuba encarna as heróicas tradições revolucionárias do povo cubano, mantidas enaltecidas por gerações de lutadores contra o colonialismo espanhol e o neocolonialismo imperialista dos Estados Unidos, e constitui um fiel continuador do Partido Revolucionário Cubano¹ fundado por José Martí para a luta pela independência nacional [...] (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, tradução minha).

¹ Movimento independentista, fundado em 1892, por José Martí. Possuía uma base ampla e era financiado por seguidores individuais, os quais contribuía com um décimo de suas rendas (GOTT, 2006).

Além disso, a Revolução Cubana fortaleceu o discurso favorável à autodeterminação dos povos, uma vez que este princípio defende que cada população é soberana ao definir as políticas nacionais. O princípio de autodeterminação torna-se, assim, um dos pilares de sua política externa, pois diz respeito não só à forma com que o Cuba deseja que os demais países a trate, como também à maneira que o país se relaciona com os demais. Essa mudança de perspectiva deve-se, sobretudo, pelo longo período de dominação externa pelo qual Cuba passou em sua história.

Pode-se identificar quatro fases da Revolução Cubana. Do ano de 1959 a 1962, tem-se o período de transição revolucionária, durante o qual iniciam-se os processos de mudança na sociedade cubana, destacando-se a construção do governo revolucionário provisório e a lei da reforma agrária. Ademais, 1961 foi “o Ano da Educação”, pois tratou-se do ano em que foi posta em prática uma grandiosa campanha de alfabetização que logrou a abolição do analfabetismo em Cuba. O segundo período estendeu-se entre 1962 e 1970, denominado radical ou socialista revolucionário. Foi o período de “lua-de-mel” (GOTT, 2006) entre Cuba e a URSS: após a imposição do embargo e a tentativa fracassada de invasão a Cuba pelos EUA, as relações entre Havana e Moscou se consolidam. A fase seguinte, que durou entre 1970 e 1989, trata-se da institucionalização do socialismo, durante a qual consolidam-se as estruturas políticas do país. Por fim, a partir de 1990 inicia-se o “Período Especial em Tempos de Paz”, o qual se estende até hoje (BUCH; SUÁREZ, 2010; GOTT, 2006; SILVA, 2012).

2.2. O SISTEMA POLÍTICO CUBANO

A Revolução Cubana, antes de uma mudança no sistema político de Cuba, foi uma revolução no sistema cultural do país, pois causou uma mudança no cerne da sociedade, em seus valores e cultura, transformando os padrões sociais estabelecidos. Destaca-se, nesse sentido, a transição cultural entre individualismo e coletivismo. Essa mudança de consciência/mentalidade²

² Adquirir consciência, nesse caso, diz respeito à internalização dos novos valores e, assim, agir de acordo com eles regularmente (AZICRI, 1988).

por parte da população permite que a sociedade comporte-se como um todo, garantindo a continuidade dos valores revolucionários construídos a partir de 1959 (AZICRI, 1988). Pode-se dizer, então, que um dos primeiros logros da Revolução foi a construção de uma nova cultura política³. Ainda que a Revolução Cubana tenha conquistado essas mudanças, o surgimento do atual sistema político se deu a partir da institucionalização da Revolução ocorrida a partir da década de 1970 (GONZALEZ, 1979; SILVA, 2012).

Esse período também ficou conhecido como “sovietização”, pois o processo de institucionalização de Cuba foi inspirado no modelo soviético; contudo, como ressaltado por Chomski (2015), ainda que as estruturas políticas e econômicas tenham sido baseadas na URSS, a sociedade e a cultura seguiam sendo cubanas. Nesse sentido, a década de 1970 representou uma crescente democratização da esfera pública, através da criação e reorganização de movimentos de massa, os quais permitiram uma maior participação civil na sociedade. Ademais, foi também nesse período que foi criada a nova Constituição, a primeira desde a Revolução. Contrariando o que se pensava, o governo revolucionário não retomou a Constituição de 1940, o que fora proposto por Fidel Castro em outras ocasiões. Desde de 1959, Cuba era ordenada através da Lei Fundamental, a qual sofreu um série de emendas em seguida, e que se tornou a constituição provisória da República de Cuba. Ao longo desse período, os poderes legislativos e executivos eram centralizados no Conselho de Ministros, que é o governo *de facto* do país, liderado pelo então Primeiro Ministro, Fidel Castro (AZICRI, 1988).

Como parte desse processo de institucionalização, em 1976, foi promulgada a nova Constituição de Cuba. Apesar da maior mudança ter vindo a partir da criação da nova Constituição, este processo teve início ainda na década de 1960 com o estabelecimento do Direito Socialista em substituição ao Direito Romano. A nova Constituição tinha por modelo não só a URSS, como também outros países de orientação Marxista-Leninista; entretanto, deve-se levar em consideração a idiosincrasia que faz de cada sistema, ainda que semelhantes, único. Sendo assim, o novo sistema político tinha por objetivo unir elementos do nacionalismo ao sistema socialista, além de descentralizar o processo de tomada de decisão. Antes de sua promulgação, a Constituição passou

³ De acordo com Almond e Verba, cultura política é “a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os [seus] membros” (1989, p. 13 apud CASTRO, 2014, p. 16).

por uma avaliação, tendo sido aprovada no Primeiro Congresso do PCC e, em seguida, por um referendo nacional. Ademais, no que diz respeito ao papel do PCC: “o sistema político cubano é monopartidarista e se caracteriza pelo fato de que não é o partido o sujeito ativo do processo eleitoral, de maneira que este não apresenta os candidatos” (OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2017).

As instituições políticas cubanas tal qual conhecemos hoje surgiram apenas com a Constituição de 1976, com base no princípio do centralismo democrático. Desse modo, foram inaugurados os Órgãos do Poder Popular (OPP), que dizem respeito às assembleias nacional, provinciais e municipais. De acordo com a constituição cubana, o presidente do país é chefe de Estado e também de Governo, sendo o último constituído pelo Conselho de Ministros. O Conselho de Ministros é o órgão executivo e administrativo máximo de Cuba – constituindo a estrutura burocrática central do governo –, liderado por um comitê executivo composto pelo presidente, o primeiro vice-presidente, os vice-presidentes e outros membros determinados pelo presidente. O Conselho de Ministro presta contas regularmente à Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP), que por sua vez é o órgão supremo do poder do Estado. Os mandatos dos deputados eleitos para a ANPP têm duração de cinco anos e as sessões da assembleia acontecem duas vezes ao ano. A importância da ANPP é expressa quando o órgão foi anunciado por Fidel Castro:

Neste momento, o Governo Revolucionário transfere à Assembléia Nacional o poder que exerceu até hoje. Deste modo, o Conselho de Ministros⁴ põe nas mãos desta assembléia as funções constituintes e legislativas que exerceu por quase 18 anos, os quais representam o período das mais radicais e profundas transformações sociais e políticas da vida na nossa pátria. Deixemos à história que julgue este período objetivamente (GOTT, 2006, p. 277).

Como uma espécie de comitê executivo, a ANPP possui o Conselho de Estado cujos membros são eleitos pelos próprios deputados, que por sua vez elege seu presidente, que torna-se líder do Estado e do Governo, fazendo dele, também, presidente do país. O presidente eleito pelo Conselho de Estado é quem determina os membros do Conselho de Ministros (CUBA, 1976; AZICRI, 1988).

⁴ O Conselho de Ministros foi criado em 1972 (GOTT, 2006).

Dentre as instituições cubanas, destaca-se o PCC. Ainda que o Partido não tenha atuado durante a Revolução, o PCC é considerado “a vanguarda organizada da nação cubana”, sendo a força dirigente superior do Estado e também da sociedade, como consta no artigo 5º da Constituição (CUBA, 1976). De acordo com seu estatuto, o PCC funciona de acordo com o centralismo democrático, que se expressa da seguinte maneira:

- a) Todos os organismos dirigentes do partido são democraticamente eleitos desde a base até os organismos superiores e têm a obrigação de prestar contas e de responder periodicamente sobre sua gestão aos órgãos e organismos que os elegeram, e aos organismos superiores.
- b) Todos os organismos, organizações de base e seus integrantes atuam de acordo com a disciplina partidária. As decisões adotadas pela maioria, sobre a mais ampla base de discussão, são de cumprimento obrigatório para todos e para cada um dos seus integrantes.
- c) As decisões dos órgãos, organismos e organizações de base do partido são cumprimento obrigatório para si mesmos, para aqueles que estão subordinados e para cada um de seus integrantes.
- d) As iniciativas e decisões que adotam os organismos de direção sobre as questões de sua competência não podem contradizer a política do partido, os acordos e diretivas dos órgãos e organismos superiores, nem as disposições de seus estatutos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, tradução minha).

Ademais, o Congresso do PCC constitui-se como o órgão supremo do Partido, sendo de sua responsabilidade discussões acerca de soluções aos problemas mais importantes para a construção do socialismo em Cuba, cabendo também aprovar as diretrizes e programas estratégicos para o desenvolvimento econômico, social e cultural, os estatutos do Partido e, sobretudo, elege o Comitê Central. O Congresso acontece a cada cinco anos, ou em caráter extraordinário quando o Pleno do Comitê Central considerar necessário, e é convocado com, no mínimo, seis meses de antecedência. Do mesmo modo, o Pleno do Comitê Central também pode adiar a realização do Congresso por motivos excepcionais. Por sua vez, o Pleno é reunido, no mínimo, duas vezes ao ano ou quando convocado pelo *politburo*⁵. Entre os Congressos, o Comitê Central é o organismo superior da direção do PCC, podendo convocar a Conferência Nacional para tratar assuntos importantes da política do Partido. Até o momento, aconteceram sete Congressos do PCC, tendo o primeiro ocorrido em 1975, durante o período de institucionalização da Revolução, os demais aconteceram

⁵ Bureau político do Comitê Central do PCC. Órgão máximo de direção do Partido.

em 1980, 1986, 1991, 1997, 2011 e, por fim, 2016 (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017). Segundo Azicri (1988), o primeiro Congresso foi um momento importante para o Partido, uma vez que, depois de um longo período sem estatutos, nem programa, ele pode tomar de fato seu papel na política cubana.

2.3. FORMULADORES DA POLÍTICA EXTERNA DE CUBA

“A política externa cubana resulta de uma ação coordenada entre muitas agências, grupos e indivíduos; não é apenas a extensão dos pensamentos, inclinações e ações de uma pessoa” (DOMÍNGUEZ, 1989, p. 248, tradução minha). A visão de uma política externa construída a partir de diversos organismos difere do senso comum que tende a creditar sua formulação à figura do presidente de Cuba. Ainda que a autoridade máxima no que tange à política externa seja do poder executivo, seu chefe não está em total controle da situação. Segundo Fernández (1992), há quatro modelos de análise da política externa cubana. O primeiro deles, considera o chefe de Estado como tomador de decisão, estando o personalismo acima do institucionalismo. O segundo modelo considera a política externa como fruto de um Estado racional, o qual é monolítico, ou seja, sem levar em consideração a forma com que as decisões são tomadas internamente. No terceiro, as pressões externas são determinantes para a política externa de Cuba, enquanto as variáveis domésticas são negligenciadas ou não consideradas importantes. No último modelo, por sua vez, considera a influência doméstica como fator determinante na formulação da política externa. Com base no que foi pontuado, pode-se perceber que esses modelos não explicam de forma satisfatória a tomada de decisão de política externa em Cuba. Assim, um modelo que reunisse esses quatro níveis de análise seria melhor sucedido, assemelhando-se à análise de Putnam (2010) que busca explicar o entrelaçamento entre diplomacia e política doméstica, ainda que considere a responsabilidade especial do poder executivo.

A partir do processo de institucionalização pelo qual Cuba passou a partir da década de 1970, às instituições políticas concebidas foram atribuídas funções, dentre as quais está a de formulação da política externa. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a política exterior de Cuba

é orientada de acordo com o internacionalismo proletário⁶, como consta em sua Constituição. A partir disso, é atribuído ao Conselho de Ministros a direção da política exterior de Cuba, ao passo que é de responsabilidade da ANPP a aprovação das diretrizes da política externa, elaboradas pelo Conselho de Ministros. Além disso, Cuba conta com um Ministério de Relações Exteriores (MINREX), que foi criado no final de 1959, cuja missão é executar a política externa de Cuba. Conforme consta em seu *site* oficial:

A missão do Ministério de Relações Externas é executar a política exterior de Cuba, contribuir para sua elaboração, promover e defender nas relações internacionais os princípios, valores e interesses que a sustentam. A atuação do Ministério se baseia nas diretrizes e instruções que emanam da Assembleia Nacional do Poder Popular como órgão supremo da República, do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros; é, segundo estabelece a constituição da República, o órgão reitor da política exterior de Cuba e trabalha em estreita coordenação com os demais organismos do Estado (MINREX, 2017, tradução minha).

No início de sua criação, o MINREX teve uma modesta atuação, em razão ao processo de consolidação pelo qual passava o processo revolucionário. A partir da década de 1980, já com o Estado institucionalizado, inicia-se um processo de especialização do corpo diplomático do MINREX, os quais passaram a ter formação superior. Houve também um aumento das relações com outros países, os quais eram, em sua maioria, africanos e asiáticos, o que se deve, em grande medida, à participação cubana no Movimento dos Não-Alinhados (MNA). Em virtude da maior institucionalização, os embaixadores passaram, nessa época, a serem nomeados pelo Conselho de Estado, o que demonstra essa relação mais próxima entre os organismos estatais (DOMÍNGUEZ, 1989).

Nesse sentido, ainda que as decisões de política externas sejam centralizadas no executivo, sua implementação fica a cargo de muitas agências e funcionários e, como pontua Domínguez (1989, p. 263, tradução minha): “Em Cuba, como em qualquer lugar, agências e indivíduos tomam muitas decisões sobre como realizar as amplas políticas do governo.”. Dessa forma, além dos órgãos citados anteriormente, o PCC também exerce papel fundamental na formulação da política

⁶ O internacionalismo proletário trata-se do compromisso com a classe operária de outros países, sendo uma ação consciente.

externa. Cabe ao *politburo* a função de instituição-chave, uma vez que este reúne os mais importantes líderes do Estado cubano. Atualmente, dos 17 membros do *politburo*, 12 fazem também parte do Conselho de Estado, o qual é composto por 30 membros. Dentre essas 12 pessoas, incluem-se o presidente e o vice-presidente de Cuba, bem como o Ministro de Relações Externas, o que reforça o papel central do *politburo* na política externa cubana. Além disso, até a década de 1980, a totalidade dos embaixadores cubanos eram membros do PCC (ANPP, 2017h; DOMÍNGUEZ, 1989; PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017b).

Há também, dentro da ANPP, a Comissão de Relações Internacionais, cuja missão é:

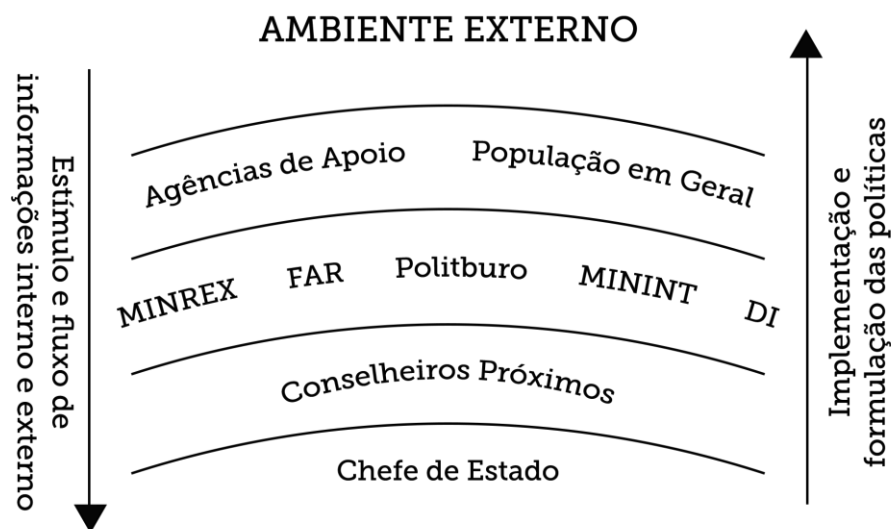
1. Fortalecer e ampliar as relações e o intercâmbio com os os Parlamentos do mundo, com legisladores e legisladoras de todos os continentes.
2. Contribuir para tornar cada vez mais efetiva a ação dos Grupos Parlamentares de Amizade constituídos e impulsionar a criação de outros novos para trabalharem juntos pelo logro de objetivos comuns que beneficiem aos nossos povos.
3. Participar ativamente nos espaços parlamentares regionais e internacionais, levando a voz do nosso povo, seus princípios e valores; apoiando as causas justas e promovendo o respeito aos princípios do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, assim como a colaboração e o melhor entendimento entre os povos.
4. Difundir a real situação do nosso povo, seu sistema político e eleitoral, suas estratégias essenciais para alcançar um socialismo próspero e sustentável; divulgar as conquistas da Revolução e os desafios que temos pela frente (ANPP, 2017f, tradução minha).

Desse modo, a Comissão de Relações Internacionais é uma importante ferramenta de cumprimento da política externa cubana através da paradiplomacia. A paradiplomacia, de acordo com Soldatos (1990 *apud* FIGUEIRA, 2011), são ações externas dos governos subnacionais, as quais são caracterizadas por serem atividades desenvolvidas de forma paralela, conjunta ou conflitante com a diplomacia central. No caso cubano, a atuação da Comissão de Relações Internacionais, sobretudo nos Grupos Parlamentares de Amizade (GPA) se dá de forma conjunta com o Estado. Ademais, existem na ANPP atualmente 89 GPAs (ANPP, 2017i), o que demonstra uma ampla relação entre Cuba e diversos parlamentos do mundo.

Por fim, deve-se também ponderar os papéis exercidos pelo Ministério do Interior (MININT) e pelo Ministério das Forças Armadas Revolucionárias (MINFAR). O MININT é

responsável pela administração do Estado, sendo este designado a aplicar a política do PCC, do Estado e do Governo no que diz respeito à segurança do Estado e à ordem interior. Por outro lado, o MINFAR é encarregado de dirigir e executar a política do Estado e do Governo a fim de garantir a defesa da soberania, da independência e dos princípios da Revolução. Dessa forma, os dois ministérios exercem ações complementares e unidos formam uma espécie de Ministério da Defesa. Nesse sentido, dentro do MININT há um subministério encarregado pela inteligência cubana, a Direção de Inteligência (DI). A DI é o principal órgão da inteligência cubana e a principal fonte de informação de inteligência do governo. Desse modo, segundo Domínguez (1989), o MININT tem um grande envolvimento com a política externa, uma vez que reúne informações de inteligência e contrainteligência (cubagob.cu; CUBA DEFENSA, 2017; CUBA MILITAR, 2017).

Figura 2 - Processo de Tomada de Decisão em Cuba



Fonte: FERNÁNDEZ, 1992; elaborado pela autora.

A partir da figura 2 é possível ver de forma simplificada como se dá e quem são os responsáveis pela formulação da política externa em Cuba. Dessa maneira, a figura do Chefe de Estado como representante máximo do poder executivo é central nesse processo. Dentre os conselheiros próximos, pode-se considerar o papel do Conselho de Ministros como formuladores

das diretrizes da política externa cubana. Entre as agências de apoio, há a própria ANPP e os GPA, sendo a primeira responsável pela aprovação das diretrizes criadas a partir do Conselho de Ministros. Outro fator importante de ser levado em conta ao analisar a imagem é a relação entre o ambiente externo e interno, e como ambos interferem na formulação da política externa do país.

2.4. O FIM DA GUERRA FRIA – PERÍODO ESPECIAL EM TEMPOS DE PAZ

O fim da Guerra Fria gerou grandes impactos que reordenaram não só a configuração de poder, como também o Sistema Internacional (SILVA, 2012). Principalmente, se levado em consideração o aprofundamento dos desafios nas relações Norte-Sul, tendo em vista à queda de uma visão Leste-Oeste com o fim do conflito intersistêmico⁷. Com o desmantelamento da URSS em 1991, Cuba não só perdeu um aliado político importante, como também seu principal parceiro econômico. Nesse sentido, o fim da URSS gerou rapidamente reflexos na economia cubana, cujo Produto Interno Bruto (PIB) teve uma redução de 10 pontos percentuais em 1991 (GOTT, 2006).

Para Cuba, principalmente, o fim da URSS significou um importante desafio. A produção de açúcar por Cuba era, em sua maioria, absorvida pelos soviéticos, o que permitia Cuba de consumir produtos advindos da URSS, destacando-se o petróleo e material militar. Com base nisso, deve-se atentar ao fato de que as trocas feitas entre o bloco socialista não se davam de uma forma capitalista. A desintegração da URSS levou a um isolamento de Cuba que, em contrapartida, teve de se empenhar em superar esse desafio e estabelecer novos parceiros que garantissem sua sobrevivência.

Portanto, vale destacar que tal noção nos permite uma melhor compreensão da situação cubana no pós-Guerra Fria, em que se destacam o isolamento internacional, a perda da aura revolucionária que havia aproximado inúmeras gerações do exemplo cubano com o questionamento da legitimidade do sistema adotado no país e, finalmente, a estratégia adotada pelo governo americano de reforçar o embargo para levar à derrocada do regime,

⁷ “[Conflito intersistêmico é] um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade – militar, política, e econômica – são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais” (HALLIDAY, 1999 *apud* SILVA, 2012).

ao invés de incentivar uma transição negociada (SILVA, 2012, p. 104).

Nesse sentido, haja vista a posição frágil de Cuba após perder a maior parte de seu comércio exterior, bem como suas fontes de financiamento externo, justifica-se a ação dos EUA ao, durante o período especial de Cuba, recrudescer o embargo, através da Lei Torricelli e da Lei Helms-Burton, ambas impostas durante o governo Clinton. A Lei Torricelli (ou Lei da Democracia Cubana) de 1992 tinha por finalidade prejudicar o comércio cubano, além de impor um modelo de democracia, uma vez que as sanções só seriam levantadas pelos EUA caso ocorressem em Cuba “eleições livres, justas e com supervisão internacional” (GOTT, 2006, p. 340). Aprofundando a Lei da Democracia Cubana, a Lei Helms-Burton (ou Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubana), que entrou em vigor em 1996, é de caráter extraterritorial cujo objetivo é impor sanções a empresas estrangeiras que comprassem propriedades de norte-americanos em Cuba que foram nacionalizadas após a Revolução. Além disso, retirou do presidente estadunidense a possibilidade de conduzir as relações com Cuba, dependendo do Congresso para isso (CHOMSKY, 2015; MONIZ BANDEIRA, 2009).

2.4.1. A reforma constitucional de 1992

Com a declaração do Período Especial em Tempos de Paz, em 1991, devido aos impactos gerados pelo fim da URSS, no ano seguinte o governo cubano dá início há uma reforma constitucional. A reforma de 1992 significou uma importante mudança na Constituição desde sua promulgação em 1976. Ainda que respeitando as particularidades culturais, sociais, políticas e econômicas do país, quando formulada, a Constituição foi baseada no modelo soviético. Com o fim da URSS, Cuba precisava, então, fazer mudanças que fossem necessárias para a sua sobrevivência no novo sistema unipolar. As modificações realizadas na Constituição foram feitas a partir da ANPP, dando início ao desmantelamento do socialismo real. Dentre as emendas realizadas, as mais significativas dizem respeito à permissão de investimentos estrangeiros em empresas conjuntas (MONIZ BANDEIRA, 2009).

A reforma de 1992 deu início há uma série de mudanças de cunho econômico que

aconteceram durante a década de 1990, as quais podem ser avaliadas como um “avanço na liberalização da economia” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 647). Nesse sentido, Cuba buscava atrair capitais estrangeiros, além de modificar sua pauta exportadora, a fim de abandonar sua dependência do açúcar. Em consonância a isso, em 1995, é promulgada a Lei nº 77 (Lei do Investimento Estrangeiro), cujo o objetivo era justamente a promoção e o incentivo do investimento externo. Outrossim, há um investimento no setor de turismo – o qual tornaria-se a principal fonte de divisas para Cuba, bem como o início do processo de “exportar saúde” a partir da venda de medicamentos, e que culminaria com a criação da Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) em 1998.

2.5. CONCLUSÕES PARCIAIS

A Revolução Cubana constituiu um desafio não só à ordem vigente externa, que tinha como garantido o Ocidente e, sobretudo, a América como área de influência dos EUA, como também à interna. A reforma agrária posta em prática pelo governo revolucionário, bem como a causa negra ter sido defendida por Fidel Castro significaram uma afronta à elite cubana (GOTT, 2006). A nacionalização de propriedade estrangeiras, sendo sua maioria de origem estadunidense, aliada à reforma agrária, formaram um ponto crítico nas relações entre Cuba e EUA, antes mesmo do governo cubano declarar o caráter socialista de sua revolução.

Cuba sempre prezou por sua independência e pela sua capacidade de se autodeterminar, ou seja, construir e implementar suas próprias políticas para dentro e fora do país. Desse modo, nos primeiros anos da Revolução, o país passou por um processo de estabelecimento, durante o qual o governo ainda precisava se organizar. Passado o fervor revolucionário da primeira década, Cuba pode concentrar-se em construir suas instituições políticas de modo a deixar as estruturas (neo)colonialistas no passado. As novas instituições criadas a partir da Constituição de 1976 garantiram uma maior participação popular. Dessa maneira, a política externa também passa a ser objeto de mudanças nesse período, uma vez novos órgãos surgem e com eles novas atribuições. Assim, a partir da análise do sistema político cubano, bem como de suas instituições, é possível concluir que a política externa em Cuba é um processo dinâmico, o qual resulta da interação entre

os fatores domésticos e externos.

Ademais, ainda que Cuba tenha passado por desafios importantes devido ao fim da URSS e à conseqüente entrada no Período Especial em Tempos de Paz, de modo geral, a forma com que é feita a política externa não sofreu mudanças. Dessa maneira, a partir do que foi exposto e analisado neste capítulo, será possível nos seguintes realizar um estudo acerca da política externa de Fidel Castro e Raúl Castro, de modo a observar suas principais características.

3. A POLÍTICA EXTERNA CUBANA DURANTE O GOVERNO DE FIDEL CASTRO (1996-2007)

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar a política externa cubana durante o período de 1996 e 2007, que corresponde à última década de governo de Fidel Castro. Deste modo, é mister fazer, em um primeiro momento, um apanhado histórico do período, a fim de fornecer as bases necessárias para analisar a política externa que pautou o fim do governo de Fidel Castro.

3.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO

Nesta seção, busca-se fazer um apanhado dos principais acontecimentos que, de algum modo, foram significantes para a política externa de Cuba no período entre 1996 e 2007. Nesse sentido, consideram-se não só fatores internos, como também externos, pois entende-se que ambos exercem influência na forma com que o país se relaciona com os demais e nas suas estratégias. Entretanto, tratando-se de política externa, são, principalmente, questões externas e do relacionamento de Cuba com outros países que acabam afetando a forma com que o governo conduz a política externa.

Ainda após a Guerra Fria e o fim da URSS, o combate contra o comunismo por parte dos EUA permanecia. O anseio pela queda do socialismo em Cuba partia, sobretudo, dos cubanos-americanos. Os cubanos-americanos são imigrantes cubanos que vivem nos EUA, principalmente na Flórida, e que constituem um forte grupo de pressão com forte influência no Congresso estadunidense. Dessa forma, as leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996) marcam um recrudescimento do embargo estadunidense a Cuba, ou seja, Cuba ainda era afetada pelas políticas internas de outro país. Ademais, pode-se dizer, conforme visto no capítulo anterior, que as medidas tomadas pelo governo dos EUA são, em grande medida, uma resposta às reformas de 1992, as quais visavam à sobrevivência de Cuba pós-URSS. Além dos EUA, o Vaticano também respondeu à reforma constitucional de 1992, uma vez que Cuba declara o Estado como secular e não mais ateuísta, o que levou a uma visita do então papa João Paulo II a Cuba em 1998. Sua visita merece destaque em razão do posicionamento altamente conservador e anticomunista de João Paulo II, tendo ele contribuído para a derrubada dos regimes comunistas no Leste Europeu e, sobretudo, na

Polônia (GOTT, 2006; SILVA, 2012).

O ano de 1998 foi importante, também, em razão da eleição de Hugo Chávez na Venezuela, que modificou a dinâmica das relações dentro do continente, haja vista que Cuba vinha enfrentando um período de isolamento. Assim, em 2000, Cuba e Venezuela firmam uma aliança estratégica, em que a Caracas forneceria petróleo a Havana pela metade do valor do barril cotado no mercado mundial. O acordo foi estendido em 2004 quando os dois países lançam a ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas), que surgia como um modelo socialista alternativo a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), proposta pelo presidente estadunidense George W. Bush. Com a extensão, Cuba enviaria à Venezuela médicos e também auxiliaria no treinamento de médicos venezuelanos. A Venezuela, então, substituiu a URSS como principal parceira de Cuba (CHOMSKY, 2015; MONIZ BANDEIRA, 2009).

Ademais, 1998 foi marcado pela prisão de cinco cubanos pelo governo estadunidense acusados de espionagem, o que gerou uma tensão entre os governos dos dois países, as quais já estavam instáveis dado o recrudescimento do embargo devido às leis Torricelli e Helms-Burton (CHOMSKY, 2015). Essa ação inclui-se na tentativa estadunidense de mais uma vez isolar Cuba, gerando uma opinião pública coletiva internacional contrária a Cuba. Contudo, no mesmo ano, foi criada a ELAM, “[...] voltada à formação de futuros profissionais de medicina de setores empobrecidos em seus países de origem que possuem dificuldade de acesso ao ensino superior [...]” (SILVA, 2012, p. 264). A criação da ELAM integra-se à Diplomacia Médica (FEINSILVER, 1993), isto é, o auxílio médico cubano para países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, Silva (2012) afirma que essa estratégia tem contribuído para o desenvolvimento do *soft power*⁸ cubano, sendo uma forma de driblar o isolamento proposto pelos EUA.

Outro fato relevante durante o período estudado é o caso Elián González, em 1999. Elián era uma criança de 5 anos que emigrou para os EUA, de forma ilegal, com sua mãe. O bote que os levava naufragou, a mãe de Elián se afogou, enquanto o menino fora encontrado preso a uma bóia. Seus parentes o acolheram em Miami, seu pai, contudo, permanecera em Cuba e queria que Elián retornasse ao país. Iniciou-se aí um conflito político dentro dos EUA, uma vez que a comunidade

⁸ *Soft power* é um conceito instituído por Joseph Nye que considera que este poder não é constituído pelas capacidades militares e econômicas dos países, mas pela utilização de certos aspectos brandos (*soft*) da política interna e externa para a exaltação do país, bem como para facilitar negociações (NYE, 2005).

cubano-americana desejava que Elián permanecesse nos EUA, enquanto o pai, o governo de Cuba e o próprio governo estadunidense desejavam o retorno do menino a Cuba, o que aconteceu após intervenção da Suprema Corte dos EUA (GOTT, 2006). Este episódio é importante, pois gerou um litígio entre os dois países, que deixou claro o peso que a comunidade cubano-americana tem na política interna e externa dos EUA.

Ainda no que diz respeito às relações Cuba-EUA, o novo milênio surge como um novo desafio para o governo cubano, uma vez que George W. Bush, vinculado à extrema-direita do Partido Republicano, é eleito presidente dos EUA, em 2001. No ano seguinte, em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001, Bush inclui Cuba no “Eixo do Mal”, que integra também Líbia, Síria, Irã, Iraque e Coréia do Norte, ou seja, países que, segundo o então presidente norte-americano, patrocinam o terrorismo. Além disso, a economia cubana que vinha se estabilizando sofre um novo impacto devido ao agravamento da recessão mundial em razão do 11 de setembro (BBC, 2002; CHOMSKY, 2015; MONIZ BANDEIRA, 2009).

3.2. A POLÍTICA EXTERNA CUBANA NO PÓS-GUERRA FRIA

O fim da URSS significou, para Cuba, uma reformulação de sua política externa, uma vez que, neste período, Cuba esteve mais indefesa e isolada “diante da ausência de uma comunidade sólida e com quem pudesse estabelecer laços” (SILVA, 2012, p. 211). Nesse sentido, Cuba não só teve de enfrentar uma crise interna causada pelo colapso da URSS, como também precisou mudar sua estratégia frente ao Sistema Internacional. Deve-se também salientar que o período analisado neste capítulo enquadra-se na fase de recuperação econômica de Cuba. Esta fase, de acordo com Silva (2012), inicia-se em 1994 e estende-se até o início dos anos 2000.

É compreensível que haja mudanças dentro da política externa cubana, uma vez que sua Revolução ainda está em andamento. Ademais, segundo Silva (2012), as reformas internas pelas quais o sistema cubano passou impactaram na política externa do país, do mesmo modo elas só foram eficazes com a reorientação da política externa cubana. Em outras palavras, as reformas e mudança da política externa em Cuba eram uma via de mão dupla, levando a que autores defendam que a Revolução Cubana logrou sobreviver, em grande medida, pela redefinição de sua política externa (ERISMAN, 2006).

A “dinâmica de sobrevivência” (SILVA, 2012) foi o princípio que orientou a política externa de Cuba no período posterior ao fim da Guerra Fria. Ainda que com novos delineamentos, essa dinâmica não foi inédita, tendo sido usada durante os primeiros anos da Revolução, enquanto essa ainda estava se consolidando dentro do cenário internacional. Além disso, com o fim da Guerra Fria, o isolamento de Cuba ganhou novas nuances, se antes ele se dava na esfera ideológica, agora as razões eram seu sistema político. Assim, ainda que a sobrevivência constituísse a prioridade de Cuba, buscou-se, também, a inserção no Sistema Internacional.

É importante, também, ressaltar que a política externa de um país, inevitavelmente, possui uma mescla de mudanças e continuidades. Nesse sentido, o que se percebe em relação à política externa cubana é a continuidade de temas como soberania, comprometimento ao sistema socialista e o desejo de desempenhar um papel de liderança entre a comunidade de países em desenvolvimento. Ademais, Cuba sempre buscou estabelecer relações com países do Sul global, fortalecendo a dimensão Sul-Sul. Esse ponto tornou-se claro com o ressurgimento da tradição terceiro-mundista cubana quando o país foi anunciado como anfitrião da XIV Cúpula do MNA que aconteceu em 2006 (ERISMAN, 2006).

Uma das questões que mais afetam/condicionam a política externa cubana são os diferentes cenários da sua relação com os EUA. Tanto nos primeiros anos da Revolução – quando Cuba ainda não tinha estabelecido laços com o bloco socialista – quanto no fim da URSS, Washington investiu na mesma estratégia: isolar Cuba colocando-a em uma posição vulnerável (ERISMAN, 2006).

Dentre os países latino-americanos, o México destaca-se como um parceiro de longa data de Cuba, não só contrariando a campanha estadunidense de isolar o país do continente, como também estabelecendo relações econômicas e políticas próximas. Contudo, essa relação muda nos anos 2000 devido à eleição de Vicente Fox. Conservador, empresário e pró-EUA, Fox modificou de forma drástica a política mexicana para Cuba, chegando a votar juntamente com os EUA em uma resolução que condenava Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Em vista disso, as relações entre os dois países continuaram a se deteriorar, culminando na retirada de embaixadores de ambos os países, em 2004, sem, contudo, romper oficialmente relações diplomáticas (ERISMAN, 2006).

Na mesma época, as relações entre Cuba e UE, importante parceiro comercial, também foram abaladas, uma vez que a UE fez críticas aos direitos humanos em Cuba, em razão da prisão

de 75 dissidentes. Em resposta a isso, o ministro de relações exteriores Felipe Pérez Roque pronunciou-se: “[...] Cuba não aceita a linguagem interferente e desrespeitosa da última declaração da União Europeia e pede-lhe que abstenha-se de oferecer soluções que o povo cubano não solicitou” (ROQUE, 2003). O ministro referia-se ao fato da UE oferecer ajuda humanitária a Cuba, a qual foi recusada e, em razão disso, o bloco impôs sanções políticas e diplomáticas ao país (ERISMAN, 2006). As relações entre Cuba e UE somente estabilizam-se em 2005, quando a UE suspende as sanções impostas em 2003 (CHOMSKY, 2015).

Dentro da América Latina, destaca-se a criação da ALBA, fruto do estreitamento das relações entre Cuba e Venezuela. Dois anos após sua instituição, a Bolívia somou-se à organização, dada a eleição de Evo Morales naquele ano, cuja orientação política também é à esquerda. Nesse momento, há uma mudança de cenário no continente americano: os EUA se veem isolados, uma vez que partidos de esquerda ganham eleições no Chile, no Brasil, na Argentina, na Nicarágua e no Equador (CHOMSKY, 2015).

A década de 1990 terminou com um saldo positivo no que diz respeito à política externa cubana, uma vez que o país foi sede de eventos internacionais importantes como a IX Cúpula Ibero-Americana, 1999, e a reunião do G-77, em 2000 (SILVA, 2012). Com isso, demonstra-se que o governo logrou seus principais objetivos, quais sejam: sobreviver – uma vez que superaram a fase mais intensa do Período Especial – e reinserir-se.

3.2.1. Análise de dados referente ao período de 1996 a 2007: declarações do MINREX e integrantes da comissão de relações internacionais

Os dados analisados para o período de 1996 a 2007 foram as declarações oficiais do MINREX, feitas, portanto, pelo ministro de relações externas Felipe Pérez Roque. Além disso, foi feita uma análise das comissões de relações internacionais da ANPP. Essa análise está dividida entre o presente capítulo e o seguinte, respeitando o período avaliado em cada uma das seções deste trabalho.

O período analisado, que corresponde aos anos de 1996 a 2007, contou com a presença de dois ministros de Relações Externas: Roberto Robaina (1993-1999) e Felipe Pérez Roque (1999-2009). Nesse sentido, pode-se dizer que há uma continuidade na condução da política externa no intervalo de tempo analisado, visto que Roque esteve à frente do MINREX durante a maior parte

do período em questão. O cargo máximo dentro do MINREX é definido pelo Conselho de Estado e ratificado pela ANPP (MINREX, 2017b). Desde a instituição do MINREX até hoje, seis pessoas ocuparam o cargo de ministro de Relações Exteriores, havendo uma média de uma década para cada ministro.

Com base nisso, considerou-se as declarações oficiais do MINREX como uma variável relevante para medir os delineamentos da política externa cubana no período estudado. No *site* oficial do governo de Cuba, estão disponíveis documentos do governo a partir de 1998. Desse modo, foram analisados os seis documentos produzidos pelo MINREX de 2000 a 2003. A partir disso serão feitas considerações acerca dos documentos mais relevantes para a pesquisa em questão. Os documentos mais relevantes do MINREX foram os do ano 2000 e 2001 por se tratarem das relações entre Cuba e EUA e de que modo elas condicionam a política externa de Cuba.

No documento do ano 2000, aborda-se o tema referente à migração e às leis estadunidenses que regem este tópico. Nesse sentido, há uma forte crítica à Lei do Ajuste Cubano, aprovada em 1966 pelo então presidente estadunidense Johnson que “[...] concedia residência automática a todos os cubanos sem documentos que desembarcassem em solo norte-americano” (GOTT, 2006, p. 244). Em função de crises migratórias que ocorreram na década de 1980, assim como da crise das balsas de 1994, Clinton implementa a política “pé molhado, pé seco” (*wet foot, dry foot*), que determina que os cubanos encontrados ainda na água não seriam acolhidos, contudo, aqueles que chegassem à terra, sim. Nesse sentido, a crítica feita pelo MINREX em seu documento diz respeito ao fato que os acordos que deram origem à política de Clinton se propunham, em princípio, a impedir a entrada de cubanos aos EUA que se dessem de forma ilegal. Contudo, a política modificou-se a fim de limitar a entrada àqueles que já estivessem em “terra firme” estadunidense. Nem mesmo a política “pé molhado, pé seco” foi totalmente respeitada, uma vez que o caso Elián González, que foi encontrado ainda no mar, ocorreu 4 anos após sua implementação.

Em documento no mês de janeiro de 2001, o MINREX denuncia os intentos do governo estadunidense em desestabilizar a Revolução através da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e da Freedom House, sendo a primeira uma agência governamental e a segunda uma organização não-governamental (ONG). Em suas palavras:

O povo cubano, que há 42 anos enfrenta o Governo dos Estados Unidos, tem sabido ganhar o respeito e a admiração de muitos povos do mundo pela sua luta, sua firmeza, seus

princípios e sua dignidade e, portanto, não permitirá nem ingerências nem pressões de tipo nenhum, seja lá donde vierem (MINREX, 2001).

Ainda nesse sentido, o MINREX (2002) informa sobre uma tentativa fracassada de assassinar o então presidente cubano Fidel Castro em um evento que aconteceu no Panamá. De acordo com o comunicado, essa ação tem envolvimento da Fundación Nacional Cubano Americana (FNCA). A FNCA é uma organização não-lucrativa, localizada em Miami, criada com o intuito de promover influências dentro dos EUA para obter mudanças políticas em Cuba (ECURED, 2017c). De acordo com o governo cubano, essa organização contrarrevolucionária fomenta atentados terroristas com o objetivo de derrubar seu governo. Nas palavras de Moniz Bandeira (2009, p. 673):

Com efeito, Cuba, a partir de 1960, fora forçada pelos sucessivos governos dos Estados Unidos a viver em permanente estado de guerra, e ao longo de quase cinco décadas, i.e., de 1960 a 2008, ocorrera, 713 atos de terrorismo na ilha, 56 dos quais a partir de 1990, organizados e financiados a partir do território americano, com um saldo de 3.478 mortos e 2.099 incapacitados.

Ademais, em 2003, o MINREX também divulgou uma declaração na qual expõe sua surpresa em relação ao comportamento da União Europeia (UE), que se posicionou ao lado dos EUA, impondo, inclusive, algumas sanções a Cuba, o que constituía uma atitude não usual por parte do bloco para com Cuba (ROQUE, 2003).

Outra característica da política externa cubana é a permanência dos deputados nas Legislaturas. Para este trabalho foi feita uma análise sobre a comissão de relações internacionais da ANPP, de 1986 a 2017, que corresponde da III a VIII legislatura. Nestes quase 30 anos, a comissão contou com 104 deputados diferentes, com uma média de 24 deputados por legislatura na comissão. As legislaturas que cobrem o período analisado no presente capítulo são a IV (1993-1998), V (1998-2003) e VI (2003-2008).

Dos 35 deputados que estiveram presentes na IV Legislatura, 11 permaneceram na V. E destes 11 deputados, 9 permaneceram na VI Legislatura. Além disso, entre a V e a VI Legislatura, 13 deputados permaneceram, o que é um número considerável, haja visto que a V Legislatura contou com 20 deputados e a VI com 21. Assim, durante os 15 anos que abrangem as legislaturas avaliadas, houve a permanência de 9 deputados ao longo delas, o que nos leva a crer que há uma preocupação que haja um seguimento do trabalho. Dessa forma, é importante ressaltar como a

ANPP define, de modo geral, suas comissões permanentes:

As comissões de trabalho têm como funções auxiliar a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado na mais alta fiscalização dos órgãos do Estado e do Governo, elaborar projetos de leis e acordos, decidir sobre os assuntos que se submetam ao seu exame, realizar os estudos que forem encomendados e participar na comprovação do cumprimento das decisões adotadas pela Assembleia Nacional e pelo Conselho de Estado que estejam programadas em seus planos de trabalho (ANPP, 2017g, tradução minha).

Haja vista as atribuições das comissões da ANPP, nota-se a importância de que haja pessoas com experiência com o que foi trabalhado nas legislaturas anteriores, não só pelo *know-how*, como também para instruir os novos integrantes para que os mesmos possam dar continuidade às discussões em futuras legislaturas.

Ademais, sobre a IV Legislatura, foi nesta que houve o maior número de deputados dentro do período analisado, havendo 19 na legislatura anterior e 20 na posterior. A legislatura em questão aconteceu entre 1993 e 1998, ou seja, coincide, pelo menos em seu início, com a etapa crítica do Período Especial, que inicia-se com o fim da URSS. Tendo em vista os esforços governamentais em buscar a sobrevivência da Revolução a partir da redefinição da política externa, entende-se o alto número de integrantes da comissão de relações internacionais como uma forma de unir esforços para esse objetivo maior.

A composição da comissão de relações internacionais está marcada, além dos membros, por secretário, vice-presidente(s)⁹ e presidente. É interessante notar como os deputados que ocupam esses cargos evoluem ao longo do das legislaturas. Para tanto, analisa-se o caso do deputado Ramón Pez Ferro que na IV Legislatura foi secretário, na V Legislatura foi vice-presidente e na VI Legislatura foi presidente. Além disso, Ferro é ex-combatente e lutou a favor da Revolução (ECURED, 2017d). De modo semelhante ocorreu com Tubal Páez Hernández que foi secretário na V Legislatura e vice-presidente na VI e na VII Legislatura. Hernández, por sua vez, apoiou a Revolução em seu período inicial, tendo inclusive feito parte do M-26-7, ou seja, sendo ativo dentro do movimento revolucionário (ECURED, 2017e).

A questão das lideranças aliada aos números dos membros analisados anteriormente, faz-nos pensar que há um grande apreço, nesse período, pela manutenção das pessoas que atuam na

⁹ A VII Legislatura, que será analisada no próximo capítulo, contou com dois vice-presidentes.

comissão de relações internacionais, assim como elas serem qualificadas para os cargos que ocupam, não só pela formação acadêmica, como também pela sua história dentro da Revolução. Isso pode ser atribuído pelo momento turbulento em que o país passava, considerando que a política externa era algo de singular importância dentro deste contexto.

3.3. CONCLUSÕES PARCIAIS

O período analisado neste capítulo, 1996 a 2007, corresponde à última década de governo de Fidel Castro, mas, principalmente, a um período de modificações nas políticas internas e externas do país. Desde que a URSS teve fim, em 1991, Cuba teve de se readaptar a fim de sobreviver, sobretudo com os avanços estadunidenses no sentido de isolar, ainda mais, o país vizinho do cenário internacional. Nesse sentido, a fase estudada é de consolidação das mudanças iniciadas com o Período Especial, como a reforma constitucional de 1992 e as mudanças na política externa, que passou a ter um foco na reinserção.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo governo cubano, em especial pelas ações dos governos norte-americanos Clinton e Bush terem apertado ainda mais o embargo contra Cuba, o país teve êxito em seus objetivos. Cuba encontrou na Venezuela um parceiro político, econômico e comercial importante para o momento em que vivia, que não só forneceu petróleo a preços reduzidos, como também compartilhava dos mesmos ideais políticos, sendo um grande apoio para Cuba no hemisfério. Além da já consolidada liderança no MNA, Cuba, juntamente com a Venezuela, criam a ALBA, em 2004, estabelecendo um novo foco de ação, desta vez no continente americano.

Assim, no que tange às relações externas de Cuba, o período estudado foi bem-sucedido levando em conta os objetivos do governo cubano. Cuba recebeu a visita do Papa João Paulo II, foi anfitriã da IX Cúpula Ibero-Americana, em 1999, e da reunião do G-77, em 2000, e da XIV Cúpula do MNA, em 2006, além de ter inaugurado a ELAM, em 1998, consolidando sua Diplomacia Médica. A própria criação da ALBA e a aproximação com governos latino-americanos, decorrente das eleições de partidos de esquerda, configuram-se como fatores relevantes para a inserção de Cuba no Sistema Internacional.

No contexto interno, a análise das comissões de relações internacionais referentes ao

período estudado nos leva a concluir que há uma grande preocupação com a manutenção das pessoas que trabalham na comissão, assim como elas serem qualificadas para os cargos que ocupam (secretário, vice-presidente ou presidente), não apenas por sua formação acadêmica, mas também pela sua história na Revolução. Atribui-se esse comportamento ao momento delicado por que Cuba passava, em que uma redefinição bem-sucedida da política externa era algo de extrema importância. Um estudo futuro sobre outras comissões de governo e seus integrantes seria interessante para verificar em que medida esta não seria uma característica geral da forma de governar Cuba.

4. A POLÍTICA EXTERNA CUBANA DURANTE O GOVERNO DE RAÚL CASTRO (2008-2017)

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar a política externa cubana durante o período de 2008 e 2017, que corresponde ao governo de Raúl Castro, desde sua eleição pela ANPP até o presente ano. Como marco temporal de 2017, selecionou-se o dia 17 de dezembro, uma vez que se completa 3 anos do restabelecimento das relações com os EUA. Demais fatos que ocorrerem depois desta data não serão considerados no presente trabalho.

4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO

Do mesmo modo que no capítulo anterior, na presente seção, pretende-se fazer um levantamento dos principais acontecimentos que foram relevantes para uma mudança na conduta da política externa cubana entre 2008 e 2017. Para tanto, fatores internos e externos serão analisados, uma vez que se considera que ambos são importantes para a análise de política externa.

Ainda em 2006, por questões médicas, Fidel Castro cede seu cargo como presidente, de forma provisória, a Raúl Castro, por acreditar que ele era o que tinha maior autoridade e experiência depois de ele próprio. Na mesma ocasião, Fidel também renunciou seu posto de primeiro secretário do PCC, o qual passou a ser liderado pelo segundo secretário, Raúl Castro. O afastamento de Fidel, ainda que de caráter temporário, da presidência de Cuba, posição a qual ocupou durante 32 anos, chocou o mundo, que via Fidel Castro como símbolo da Revolução Cubana (CHOMSKY, 2015; KAPCIA, 2010; MONIZ BANDEIRA, 2009).

A entrada de Raúl foi recebida de forma tranquila, contrariando as expectativas de agitação popular causada pela saída de Fidel. Durante o mandato interino de Raúl Castro, começou-se a remodelar alguns aspectos do governo, inclusive de pessoas, a fim de refletir as preferências de Raúl. Este comportamento dava indícios de que a saída de Fidel se estenderia ou seria definitiva, o que foi comprovado com o anúncio, em fevereiro de 2008, de Fidel Castro que ele não concorreria a novas eleições (KAPCIA, 2010). No mesmo mês, a ANPP elegeu Raúl Castro para a presidência de Cuba. Tão logo tomou posse, Raúl convocou o Sexto Congresso do PCC, o qual não ocorria desde 1997, que deveria acontecer em 2009. Contudo, deve se ter em vista o difícil panorama

econômico em que Cuba se encontrava devido à recessão mundial, a qual se iniciou em 2008, razão pela qual os preços do açúcar e do níquel foram drasticamente reduzidos, sendo que estes configuravam-se como os principais produtos de exportação cubanos. Aliado a isso, uma série de furacões atingiram Cuba, gerando prejuízos enormes para a produção. Por essa razão, o Congresso foi adiado, sendo novamente convocado em 2010 e realizado no ano de 2011 (MONIZ BANDEIRA, 2009).

O Sexto Congresso do PCC, então, lançou uma série de diretrizes para Cuba, cujas prioridades seriam as reformas de mercado e a descentralização. No plano político, as diretrizes previam um limite de dois mandatos de 5 anos entre os cargos politicamente mais altos. No que diz respeito à produção das diretrizes, a participação popular foi essencial: “encontros e discussões nacionais de massa precederam o congresso para discutir as propostas antes que elas fossem finalizadas e aprovadas” (CHOMSKY, 2015, p. 243), o que diz muito sobre a forma de fazer política em Cuba: trata-se de um trabalho coletivo.

Como já discutido, muitas das ações cubanas são condicionadas pelos EUA, ou seja, Cuba comporta-se de forma reativa em relação ao vizinho norte-americano. Desse modo, outro importante fator conjuntural a ser considerado é a eleição de Barack Obama, em 2008, à presidência dos EUA. Além do fato mais evidente que era o novo presidente ser do Partido Democrata, sua eleição trazia consigo promessas de mudança. Nesse sentido, Obama afirmava que os EUA buscavam um recomeço com Cuba. Em vista disso, revogou – utilizando-se de sua autoridade presidencial – restrições a viagens e a remessas de dinheiro impostas ainda na era Bush. Ademais, Obama permitiu que a OEA removesse seu banimento a Cuba (CHOMSKY, 2015). Vale destacar que a relação de Cuba com a OEA é turbulenta, uma vez que o país fora expulso da organização em 1962, pois, de acordo com o grupo de países liderados pelos EUA, Cuba representava um risco para o continente americano. Então, em 2009,

[...] os Ministros de Relações Exteriores das Américas adaptaram a Resolução AG/RES.2438 (XXXIX-O/09), que determina que a Resolução de 1962, a qual excluiu o Governo de Cuba de sua participação no sistema interamericano, cessa seu efeito na Organização dos Estados Americanos (OEA). A resolução de 2009 declara que a participação da República de Cuba na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado na solicitação do Governo de Cuba, e de acordo com as práticas, propósitos e princípios da OEA (OEA, 2017).

É nesse contexto político-econômico que se inicia, oficialmente, o governo de Raúl Castro. Além das mudanças que estavam em curso no plano interno do país, uma vez que, depois de mais de três décadas, um novo presidente assumia a liderança do Governo e do Estado cubano, o plano externo também se mostrava desafiador. Considera-se a crise econômica que assolava o mundo, bem como a ascensão de um novo presidente nos EUA, cujos posicionamentos políticos são aguardados por todos, principalmente ao se tratar de Cuba, que sempre se configurou como um assunto estratégico para o governo estadunidense.

4.2. A POLÍTICA EXTERNA RAULISTA

O primeiro desafio enfrentado por Raúl Castro no que tange à política externa cubana em seu âmbito interno foi a saída, em 2009, do chanceler Felipe Pérez Roque, que esteve no cargo desde 1999. Sua renúncia se deu após ele admitir ter cometido erros, os quais não foram especificados. Ademais, em carta endereçada a Raúl, Roque renuncia também a sua condição de membro do Conselho de Estado, de deputado da ANPP e de integrante do Comitê Central do PCC (BRENNER et al., 2015; ROQUE, 2009).

O substituto de Roque foi Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla, que era vice-ministro do MINREX desde 2004. Antes disso, Parrilla foi representante permanente de Cuba na ONU entre 1995 e 2003. Deve-se ressaltar a trajetória político-acadêmica de Parrilla, que demonstram que o novo ministro não só possuía experiência, como também competência para tal cargo: ele foi presidente da Federação de Estudantes do Ensino Médio (FEEM) e membro do secretariado nacional da Federação de Estudantes Universitários (FEU). Reiterando seu papel de liderança na juventude, Parrilla foi eleito secretário de relações internacionais do Buró Nacional da União dos Jovens Comunistas (UJC). Ademais, sua formação acadêmica é o direito, atuando como professor de direito internacional público (ECURED, 2017b).

Além disso, desde sua eleição, em 2008, Raúl Castro reafirma a necessidade de ampliar a abertura econômica de Cuba, “E, com essa percepção, Raúl Castro optou por aceitar o repto da globalização e tratar de reinserir Cuba na economia internacional” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 707). Nesse sentido, a economia cubana passa a estar sob a direção das FAR, a qual foi comandada por Raúl Castro desde o triunfo da Revolução, encaminhando-se para medidas econômicas

caracterizadas pelo surgimento de empresas mistas em Cuba, ou seja, do Estado, majoritariamente, e de agentes privados. Essa ação faz parte das reformas econômicas a fim de atrair capital estrangeiro, nesse sentido:

Embora em vários dos países da região tenham sido eleitos governos progressistas e/ou socialistas, neles predomina o modo de produção capitalista. Seus empresários só terão interesse em investir em Cuba se houver alguma garantia forma à sua propriedade privada. Além disso, Cuba não pode ficar de fora das ações de integração latino-americanas e caribenhas (POMAR, 2017, p. 76).

Raúl também deu seguimento a um manejo pragmático das relações externas, que pode ser exemplificado pela retomada das negociações com a UE e pela disposição ao entendimento com os EUA. O presidente cubano tinha noção que Cuba não poderia depender de um único país, assim como foi com a URSS, assim: “Era necessário normalizar e ampliar suas relações exteriores, tanto econômicas quanto políticas, de modo a assegurar as conquistas fundamentais da revolução vitoriosa em 1959.” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 712). Esse pensamento vai ao encontro do objetivo de Raúl de reinserir Cuba na economia mundial. A fim de alcançar esses objetivos, o governo cubano volta-se ao Brasil, por este se constituir na maior potência industrial do hemisfério Sul.

No que tange às relações com o Brasil, um dos pontos importantes de se ressaltar é o fato do presidente brasileiro naquele período ser Luiz Inácio Lula da Silva, que simpatizava com o sistema socialista cubano. Entretanto, como esclarecido por Marco Aurélio Garcia (SEQUEIRA, 2008), seu assessor de relações internacionais, o relacionamento entre Brasil e Cuba não era ideológico, mas uma questão de “afinidade subjetiva”. Nesse sentido, para o Brasil, Cuba tinha uma importante relevância geopolítica e estratégica, uma vez que a localização do país caribenho permitia ao Brasil projetar-se econômica e politicamente na região caribenha. Ao passo que, para Cuba, o prestígio internacional e a economia brasileira eram de essencial importância para eles.

Em 2008, através da mediação do governo brasileiro, Cuba ingressa no Grupo do Rio. O Grupo do Rio existe desde 1986 (tendo o atual nome desde 1990) e tem como fim ser um mecanismo permanente de consulta e concertação política para a América Latina e o Caribe (MONIZ BANDEIRA, 2009). O Grupo do Rio atingiu sua institucionalização em 2010, quando foi criada a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), a qual reúne todos os países americanos, exceto EUA e Canadá. Além disso, também em 2008, Cuba passa a

integrar a Cúpula de América Latina e Caribe (CALC), que demonstra uma tendência à aproximação latino-americana, como enfatizado por Raúl Castro, presidente de Cuba, em ocasião da CALC, no Brasil: “O momento é claramente propício para nos propor um paradigma regional que ultrapasse as diferentes [sic], privilegie os nossos interesse comuns e necessidades [sic], promova a ação solidária e aumente a cooperação.” (RUZ, 2008).

Esse novo movimento na América Latina só foi possível pelas mudanças internacionais em curso a partir do final do século XX, com crescentes sinais de multipolaridade global. Segundo Pomar (2016, p. 73):

A América Latina e o Caribe deixaram de ser, paulatinamente, um continente que se movia segundo as ordens da potência norte-americana dominante, criando um ambiente favorável para as relações econômicas e políticas com Cuba. E, mais ainda, para voltar a integrá-la nos sistemas de representação regional.

Desse modo, Cuba tem se beneficiado da criação da UNASUL (União de Nações Sul-americanas), ALBA e CELAC, uma vez que, a partir dessas organizações, Cuba logrou maior participação no hemisfério, além de expandir suas relações internacionais. Em 2012, ocorreu a Sexta Cúpula das Américas, na qual diversos presidentes latino-americanos declararam que não participariam de outras Cúpulas a menos que Cuba estivesse presente (BRENNER et al., 2015). A Cúpula, organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), define-se do seguinte modo:

Por mais de uma década os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério Ocidental, se reúnem periodicamente para discutir problemas comuns, buscar soluções e desenvolver uma visão compartilhada para o desenvolvimento da região, seja ela social, econômica, ou de natureza política. Este processo, conhecido como a Cúpula das Américas, é vital para definir e alcançar metas no Hemisfério. A OEA atua como a secretária técnica do processo de Cúpulas (OEA, 2017).

Como resultado das pressões externas dos países membros, Cuba participou pela primeira vez da Cúpula das Américas em 2015 realizada no Panamá. Raúl fez o primeiro discurso do país na Cúpula, destacando a dura realidade do *bloqueo* e sinalizando o que pensa sobre a política internacional:

Las relaciones hemisféricas, en mi opinión, han de cambiar profundamente, en particular en los ámbitos político, económico y cultural; para que, basadas en el Derecho Internacional y en el ejercicio de la autodeterminación y la igualdad soberana, se centren

en el desarrollo de vínculos mutuamente provechosos y en la cooperación para servir a los intereses de todas nuestras naciones y a los objetivos que se proclaman (RUZ, 2015).

Ainda neste mesmo discurso, Raúl faz a defesa do direito inalienável de todo o Estado em escolher o seu sistema político, econômico, social e cultural como sendo uma condição essencial para assegurar a convivência entre as nações. Ademais, declara:

[...] nos comprometimos a cumplir nuestra obligación de no intervenir directa o indirectamente, en los asuntos internos de cualquier otro Estado y observar los principios de soberanía nacional, igualdad de derechos y la libre determinación de los pueblos, y a respetar los principios y normas del Derecho Internacional [...] y los principios y propósitos de la Carta de las Naciones Unidas (RUZ, 2015).

Ainda neste discurso, faz as seguintes perguntas não discutidas na Cúpula:

¿Qué impide, a nivel hemisférico — como ya se refirieron algunos de los presidentes que me precedieron en el uso de la palabra —, cooperar para enfrentar el cambio climático? ¿Por qué no podemos los países de las dos Américas, la del Norte y la del Sur, luchar juntos contra el terrorismo, el narcotráfico o el crimen organizado, sin posiciones sesgadas políticamente? ¿Por qué no buscar, de conjunto, los recursos necesarios para dotar al hemisferio de escuelas, hospitales — aunque no sean lujosos, un hospitalito modesto, en aquellos lugares donde la gente muere porque no hay un médico —, proporcionar empleo, avanzar en la erradicación de la pobreza? ¿No se podría disminuir la inequidad en la distribución de la riqueza, reducir la mortalidad infantil, eliminar el hambre, erradicar las enfermedades prevenibles y acabar con el analfabetismo? (RUZ, 2015).

E, por fim, como forma de demonstrar a força da solidariedade internacional cubana, Raúl destaca que:

Pese a carencias y dificultades, seguimos la divisa de compartir lo que tenemos. En la actualidad 65 000 cooperantes cubanos laboran en 89 países, sobre todo en las esferas de medicina y educación. Se han graduado en nuestra isla 68 000 profesionales y técnicos, de ellos, 30 000 de la salud, de 157 países. Si con muy escasos recursos, Cuba ha podido, ¿qué no podría hacer el hemisferio con la voluntad política de aunar esfuerzos para contribuir con los países más necesitados? (RUZ, 2015).

Outra organização, a CELAC, em 2013, escolheu Raúl Castro como presidente da organização e a cúpula seguinte da CELAC ocorreu em Havana, em 2014. Fortalecendo ainda mais a posição de Cuba entre os países latino-americanos quando passou a mediar as negociações entre o governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), chegando a um acordo de paz bem-sucedido em 2016 (BRENNER et al., 2015; CHOMSKY, 2015).

Os esforços do governo cubano surtiram efeito quando, em dezembro de 2014, Raúl Castro e Barack Obama anunciam, simultaneamente, a retomada de relações diplomáticas entre os dois países. Os dois governos vinham negociando, em segredo, há mais de um ano, com a mediação do Canadá e do Vaticano, na figura do Papa Francisco. Com o objetivo de normalizar as relações entre os dois vizinhos, em maio de 2015, os EUA retiram Cuba oficialmente da lista de países patrocinadores do terrorismo. Contudo, uma normalização plena só aconteceria com a retirada completa do embargo, o que apenas o Congresso estadunidense é capaz de fazer (CHOMSKY, 2015).

A conjuntura das relações entre EUA e Cuba se modifica, novamente, com a eleição de Donald Trump à presidência estadunidense. A relação de Washington com Havana se mudou logo que Trump assumiu o cargo, em 2017. Os avanços alcançados nos últimos anos começaram a retroceder quando o presidente norte-americano assinalou que o posicionamento de sua administração em relação a Cuba seria muito diferente do governo anterior, ou seja, de Obama. Sua fala foi consolidada com a assinatura do Memorando Presidencial de Segurança Nacional sobre o Fortalecimento da Política dos Estados Unidos para Cuba, que prevê futuras restrições a viagens dos EUA rumo a Cuba e mais obstáculos para as transações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países (ROMÁN, 2017).

Um dos principais objetivos, senão o maior, de Cuba é a retirada total do bloqueio econômico pelos EUA. Nesse sentido, desde 1992, é votado anualmente na Assembleia Geral da ONU sobre a retirada do embargo imposto a Cuba¹⁰. Desde que as votações iniciaram, apenas em 2016 nenhum país votou contra, tendo apenas duas abstenções, pertencendo a Israel e EUA. Isso representou uma evolução nas relações entre os dois países e, inclusive, uma esperança em relação à possível retirada do embargo por parte dos EUA. Contudo, neste ano, os EUA, juntamente a Israel, voltaram a votar contra na ONU. Isto deve-se, em grande medida, ao novo posicionamento norte-americano em razão da política externa de Donald Trump.

Cuba sempre definiu seu papel internacionalmente promovendo e protegendo três objetivos: segurança econômica, estatura internacional e soberania efetiva. Sendo assim, a política externa de Cuba pode ser entendida de acordo com as estratégias empregadas pelo governo a fim

¹⁰ É possível visualizar o quadro completo das votações no anexo A.

de garantir a integridade desses três objetivos. Desse modo, atualmente, a política externa cubana segue uma tendência de reestruturação do comércio a fim de alcançar segurança econômica e iniciativas de cooperação/auxílio (ALBA, CELAC, Programas Médicos) objetivando o desenvolvimento de sua estatura e influência internacional. Nas palavras de Erisman (2015, p. 224, tradução minha): “As iniciativas pós-soviéticas de Cuba para reforçar a sua segurança econômica e sua estatura internacional contribuíram para fortalecer a soberania efetiva da ilha, fornecendo contrapesos aos esforços de Washington para prejudicá-la”.

De acordo com LeoGrande (2013), os componentes-chave da política externa de Raúl Castro são: i) a diversificação dos parceiros econômicos, ii) a construção de apoio diplomático regional e internacionalmente através da participação ativa em organizações internacionais, e iii) a busca pela normalização das relações com os EUA. Por essa razão, a ALBA e a CELAC constituem-se em prioridades para Cuba a fim de maximizar a estatura e a influência internacional do país.

4.2.1. Análise de dados referente ao período de 2008 a 2017

Conforme dito no capítulo anterior, para este trabalho foi realizada uma análise sobre a comissão de relações internacionais da ANPP, de 1986 a 2017, que corresponde da III a VIII legislatura. Complementando a análise anterior, as legislaturas que cobrem o período analisado no presente capítulo são a VI (2003-2008), a VII (2008-2013) e a VIII (2013-). As legislaturas analisadas tiveram, respectivamente, 21, 26 e 23 deputados, indicando uma padronização da comissão nos últimos anos. Ainda assim, destaca-se o número maior de integrantes na VII Legislatura, que coincide com a ascensão de Raúl Castro à presidência do país. Percebe-se, assim, que do mesmo modo que aconteceu na IV Legislatura, que coincidiu com a fase crítica do Período Especial, que o governo busca colocar mais deputados na comissão em períodos de instabilidade ou mudança.

Nas três legislaturas avaliadas, dos 21 deputados que estavam presentes na VI Legislatura, apenas 8 estavam na VII e destes apenas 4 permanecem na VIII Legislatura. Nota-se com esse resultado que houve uma grande renovação dentro da comissão de relações internacionais da ANPP, que condiz com o surgimento de um novo governo, advindo da mudança presidencial.

Porém, daqueles 8 deputados que permaneceram na VII Legislatura, 3 destes atingiram ou mantiveram-se em posição de liderança. Ou seja, um deles tornou-se vice-presidente e os outros dois continuaram como presidente e vice-presidente. O que nos leva a crer que o governo preocupava-se com o preparo das lideranças dentro da comissão. O que percebido, por outro lado, na VIII Legislatura, que ainda está em curso, é o surgimento de novos deputados e também novas lideranças, modificando em certa medida o padrão encontrado anteriormente. Na VIII Legislatura, o secretário é novo na comissão não tendo estado presente, ao menos durante o período estudado – que parte de 1986. Do mesmo modo, a vice-presidente é nova, sendo apenas a presidente experiente dentro da comissão, tendo participado da IV (também sendo presidente), V e VI legislaturas.

4.2.2. Mudança geracional

Ainda durante o governo de Fidel Castro nota-se uma mudança geracional em curso, que fica mais evidente quando Raúl Castro assume a presidência. Nesse sentido, Raúl buscou fortalecer as instituições cubanas, sobretudo o Partido Comunista de Cuba, por considerar este um dos pilares da Revolução através do qual a continuidade do sistema socialista é garantido (MONIZ BANDEIRA, 2009; LEOGRANDE, 2015). Para tanto, o novo presidente “[...] para acelerar a transição para uma nova geração de líderes, o Partido adotou limites de mandatos: líderes seniores não poderiam servir por mais de dois mandatos de 5 anos consecutivos.” (LEOGRANDE, 2015, p. 68, tradução minha).

A mudança geracional dentro do sistema político cubano tem acontecido de modo natural, sobretudo agora, uma vez que os líderes revolucionários estão morrendo. Então, é cada vez mais comum a chegada de pessoas nascidas após 1959 em cargos políticos altos. Ainda que o sistema cultural cubano preze pela experiência e pela história ao confiar posições importantes na política, essa renovação não ameaça a continuidade do sistema socialista cubano, uma vez que o PCC configura-se no garantidor organizacional do mesmo. Ou seja, ainda que se mudem as lideranças, o sistema será mantido através do Partido (LEOGRANDE, 2015).

Além disso, a saída de Carlos Lage – secretário do comitê executivo do Conselho de Ministros – e de Felipe Pérez Roque – ministro do MINREX –, juntamente com outros seis oficiais,

foi a primeira grande mudança em altos funcionários do governo desde a eleição de Raúl Castro como presidente (BRENNER et al., 2015). A própria saída de Raúl Castro, programada para 2018, constitui-se numa importante mudança de geração, uma vez que, muito provavelmente, seu sucessor será alguém nascido após o triunfo da Revolução.

4.2.3. Mudanças em relação à política externa fidelista

Com base nessas informações, pode-se inferir que o modelo de Hermann (1990) se Haja vista que analisar a política externa é necessário levar em consideração fatores internos e externos quando se trata de mudança de orientação das políticas internacionais de um país (HERMANN, 1990), percebe-se que antes mesmo da transição da liderança de Fidel para Raúl, eventos internacionais transformaram a política externa de Cuba na década de 1990 (ERISMAN, 2015).

O que se entende com isso é que a reorientação da política externa de Cuba não é apenas fruto da mudança de seu presidente. Como visto na figura 2, no primeiro capítulo, a política externa em Cuba tem uma estrutura responsável por seu desenho, não sendo responsabilidade de uma única pessoa. Desse modo, fatores internos e externos estão constantemente afetando sua formulação. Em outras palavras, ainda que muito tenha se mantido da política externa de Fidel, “[...] houve e continuará havendo alguns ajustes táticos da política em resposta às mudanças no ambiente doméstico ou internacional [...]” (ERISMAN, 2015, p. 229, tradução minha).

Pode-se dizer que a mudança observada na política externa com a ascensão de Raúl Castro como presidente de Cuba é resultado do amadurecimento das mudanças em curso desde meados das décadas de 1990, tendo em vista o recrudescimento das políticas contra Cuba tomadas pelo governo estadunidense. Ademais, o governo cubano buscou não só a diversificação da pauta exportadora – o que resultou no aumento do comércio e da venda de níquel na fatia de exportações cubanas – como também a de parceiros comerciais, nesse contexto surge a Venezuela (com a eleição de Chávez em 1998), China e Mercosul. As relações com Venezuela e Mercosul não estavam limitadas ao âmbito comercial, mas visavam um estreitamento das relações políticas, aproveitando-se do ambiente favorável para integração (MONIZ BANDEIRA, 2009).

Desse modo, o que se entende é que as mudanças percebidas na política externa durante o governo de Raúl Castro são reflexo de vários eventos. Um dos fatores de mais destaque é a maior

participação de Cuba em organismos internacionais, sobretudo no América Latina. Esse é um caso interessante de ser analisado, pois esse comportamento não dependia apenas do desejo do governo cubano para isso, senão de um ambiente propício para que isso pudesse ocorrer. As eleições de governos progressistas na América Latina durante os anos 2000 e uma maior propensão à integração regional, criar um terreno fértil em que Cuba pode plantar raízes e se fortalecer dentro do continente através do uso do *soft power*.

4.3. CONCLUSÕES PARCIAIS

O período analisado neste capítulo, 2008 a 2017, corresponde ao governo de Raúl Castro, o qual foi marcado por importantes mudanças no plano interno e relevantes acontecimentos no plano externo. Ao longo de seu governo, Cuba passou a integrar diversas organizações internacionais dentro do continente americano, expandindo sua relação político-econômica com os países da região. Por outro lado, durante sua administração, pode-se dizer que as relações com os EUA foram bastante instáveis, uma vez que os dois países reataram relações diplomáticas, em 2014, mas, atualmente, o governo estadunidense voltou a ter um posicionamento hostil em relação a Cuba.

Além disso, no que tange à comissão de relações internacionais da ANPP no período analisado, o que se notou foi uma atualização em seu quadro, com o surgimento de novos deputados e com uma renovação, inclusive, nas lideranças da comissão. Isso vai ao encontro com o fenômeno da mudança geracional iniciada ainda no governo de Fidel Castro, a qual tem ocorrido naturalmente ao longo desses anos. O que se nota através da pesquisa é que a mudança não é temida, uma vez que o sistema político socialista é sustentado pelo PCC, então, mesmo que haja uma modificação das pessoas que estão à frente do país, o sistema estará protegido pelo Partido.

Por fim, buscou-se fazer uma comparação entre a política externa de Fidel e Raúl Castro, ou seja, quais foram as características que guiaram esse setor ao longo do período estudado, de modo a compreender que mudanças ocorreram. O que se notou, então, foi a política externa de Cuba mudou antes mesmo que Raúl assumisse o poder, pois a mesma está condicionada por outros fatores. Ou seja, não é que a mudança na liderança política do país não tenha interferido na formulação da política externa cubana, mas ela não foi o único elemento definidor dessa mudança.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar as possíveis mudanças ocorridas na política externa cubana na mudança de governo de Fidel Castro para Raúl Castro, em 2008. Desse modo, foram verificados os doze últimos anos do governo Fidel e os dez anos da administração de Raúl. A partir de uma perspectiva Construtivista de Relações Internacionais, foi analisada a política externa cubana nestes dois governos a fim de identificar quais foram as modificações ocorridas nesse campo.

A pergunta que orientou a realização dessa pesquisa foi: quais são os condicionantes de uma eventual mudança na política externa de Cuba? A partir disso, foram formuladas as seguintes hipóteses: 1) a mudança percebida na política externa cubana é reflexo de uma mudança geracional dentro do país; 2) o caráter democrático das instituições responsáveis pela formulação da política externa de Cuba permite que tais mudanças externas sejam feitas; e 3) as oscilações das políticas estadunidenses voltadas à Cuba – simbolizada pelas mudanças presidenciais – exigiu do governo cubano novas ações na política externa.

Pode-se dizer que ações observadas com a ascensão de Raúl Castro como presidente de Cuba, em 2008, é resultado do amadurecimento das mudanças em curso desde meados da década de 1990, tendo em vista o agravamento das políticas contra Cuba tomadas pelo governo estadunidense. Ademais, o governo cubano buscou não só a diversificação da pauta exportadora – o que resultou no aumento do comércio e da venda de níquel na fatia de exportações cubanas – como também a de parceiros comerciais, nesse contexto surge Venezuela (com a ascensão de Chávez em 1998), China e Mercosul. As relações com Venezuela e Mercosul não estavam limitadas ao âmbito comercial, mas visavam um estreitamento das relações políticas, aproveitando-se do ambiente favorável para integração do momento.

Levando em conta os fatores internos em consonância aos externos, é proposto neste trabalho pesquisar e analisar a política externa cubana a fim de investigar quais foram os condicionantes dessa mudança e seus resultados práticos. Entende-se política externa como a ação que é feita pelos Estados internacionalmente, compreendendo os objetivos, linhas mestras e estratégias de atuação em relação aos demais agentes do Sistema Internacional. A análise de política externa no campo das Relações Internacionais varia de acordo com de acordo com a teoria utilizada. Nesse sentido, a elaboração desta pesquisa se deu por meio da perspectiva Construtivista.

Outrossim, é fundamental a compreensão do processo de tomada de decisão, ou seja, quem são os agentes responsáveis por definir o desenho da política exterior de um país.

Para a realização deste trabalho, foram utilizados discursos e intervenções de Fidel Castro, assim como os discursos e declarações dos ministros de Relações Exteriores, com o objetivo de verificar os delineamentos da política externa no período estudado. Todas as fontes analisadas encontram-se disponíveis *site* oficial do governo cubano (<http://www.cubagob.cu/>). Com fins à realização da presente pesquisa, utilizou-se apenas os materiais produzidos entre 1996 e 2017, e que suas temáticas abordem questões sobre política exterior de Cuba.

Além disso, foi analisada a institucionalização política do país, composta por sua Constituição. Portanto, utilizou-se a Constituição de Cuba para verificar de que modo a política externa do país é formulada, ou seja, a quem é atribuída sua criação. A Constituição de Cuba também está disponível *online*. De forma complementar, foi analisada as diferentes legislaturas da comissão de relações internacionais da ANPP. As informações referentes à comissão e seus membros, encontram-se disponíveis no *site* oficial da Assembleia Nacional (www.parlamentocubano.cu). Além disso, foi feita uma revisão bibliográfica com livros e artigos que tratam da história e política cubana a fim de fornecer uma base para a análise do período estudado.

A Revolução Cubana constituiu um desafio não só à ordem vigente externa, que tinha como garantido o Ocidente e, sobretudo, a América como área de influência dos EUA, como também à interna. Desde seu triunfo, em 1959, até hoje, Cuba representa que um novo sistema político-econômico é possível, mesmo estando tão próximo dos EUA. Contudo, isso não quer dizer que o caminho percorrido pelo país foi tranquilo, pois um duro embargo econômico aplicado pelos EUA ainda nos primeiros anos da Revolução tornou necessária que Cuba buscasse alternativas para sobreviver às investidas estadunidenses. Este foi apenas o primeiro de muitos desafios gerados pela relação conflituosa entre os dois países. Cuba sempre prezou por sua independência e pela sua capacidade de se autodeterminar, ou seja, construir e implementar suas próprias políticas para dentro e fora do país.

Passado o fervor revolucionário da primeira década, Cuba pode concentrar-se em construir suas instituições políticas deixando as velhas estruturas para trás. As novas instituições criadas a partir da Constituição de 1976 garantiram e incentivaram uma maior participação popular. Além

disso, a política externa também passa a ser objeto de mudanças nesse período, pois há o surgimento de novos órgãos e com eles novas atribuições. Assim, a partir da análise do sistema político cubano, bem como de suas instituições, é possível concluir que a política externa em Cuba é um processo dinâmico, o qual resulta da interação entre os fatores domésticos e externos. Ou seja, há uma estrutura completa que é responsável pela formulação da política externa no país, fazendo com que ela não seja fruto de apenas uma pessoa, mas de toda essa estrutura que a elabora.

Durante a década de 1990, Cuba declarou o Período Especial em Tempos de Paz em decorrência do fim da União Soviética, que previa mudanças em Cuba a fim de que o sistema político pudesse ser mantido. Simultaneamente, ocorriam mudanças no governo estadunidenses que levaram ao recrudescimento do embargo a Cuba. Ademais, no início da seguinte década, o governo Bush investe em uma série de ações contrarrevolucionárias dificultando as ações cubanas. Essa conjunção de fatores, leva o governo cubano a buscar alternativas para salvar o país – como diversificar as parcerias comerciais e políticas. Nesse sentido, os anos 1990, significaram um período de reestabilização para Cuba, o que significou um novo delineamento para a política externa.

O período analisado no segundo capítulo, 1996 a 2007, corresponde à última década de governo de Fidel Castro, mas, principalmente, a um período de modificações nas políticas internas e externas do país. Desde o fim da URSS, Cuba teve de se readaptar a fim de sobreviver, sobretudo com os avanços estadunidenses no sentido de isolar seu vizinho caribenho do cenário internacional. Desse modo, o fim do governo de Fidel Castro foi marcado pela consolidação das mudanças iniciadas no Período Especial, como a reforma constitucional de 1992 e as mudanças na política externa, que passou a ter um foco na reinserção de Cuba internacionalmente.

A transição do governo de Fidel Castro para Raúl Castro se deu de forma gradual. O então presidente cubano foi substituído temporariamente por Raúl, em 2007, que foi eleito como presidente, oficialmente, em 2008. O governo de Raúl Castro, que corresponde aos anos de 2008 a 2017, caracteriza-se por uma mudança no cenário internacional, sobretudo na América, com uma mudança no relacionamento entre os países latino-americanos para com Cuba e também a ascensão de Barack Obama no governo estadunidense, que levou a cabo um processo de retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba.

No que tange o governo de Raúl Castro, foco da análise do segundo capítulo, corresponde ao período de 2008 a 2017, que foi marcado por importantes mudanças no plano interno e relevantes acontecimentos no plano externo. Ao longo de seu governo, Cuba passou a integrar diversas organizações internacionais dentro do continente americano, expandindo sua relação político-econômica com os países da região.

Assim, no que se refere às relações externas de Cuba, o período estudado foi bem-sucedido. Cuba recebeu a visita do Papa João Paulo II, em 1998, foi anfitriã da IX Cúpula Ibero-Americana, em 1999, e da reunião do G-77, em 2000, e da XIV Cúpula do MNA, em 2006, além de ter inaugurado a ELAM, em 1998, consolidando sua Diplomacia Médica. Além disso, juntamente com a Venezuela, criou a ALBA, que favoreceu a aproximação com governos latino-americanos, facilitadas também pelas eleições de partidos de esquerda. Nesse sentido, percebe-se que, de fato, Cuba logrou maior participação no Sistema Internacional.

Com vistas a analisar o contexto interno de formulação das relações externas do país, analisou-se seis legislaturas da comissão de relações internacionais da ANPP, que aconteceram durante o período estudado. A análise realizada nos leva a concluir que há uma grande preocupação com a manutenção das pessoas que trabalham na comissão, assim como elas serem qualificadas para os cargos que ocupam (secretário, vice-presidente ou presidente), não apenas por sua formação acadêmica, mas também pela sua história na Revolução. Além disso, notou-se, nos últimos anos, uma atualização nos quadros da comissão, com o surgimento de novos deputados e com uma renovação, inclusive, nas lideranças da comissão. Isso vai ao encontro com o fenômeno da mudança geracional iniciada ainda no governo de Fidel Castro, a qual tem ocorrido naturalmente ao longo desses anos. O que se nota através da pesquisa é que a mudança não é temida, uma vez que o sistema político socialista é sustentado pelo Partido Comunista.

Ao fim e ao cabo, buscou-se fazer uma comparação entre as políticas externas de Fidel e Raúl Castro, de modo a compreender de que modo tais mudanças ocorreram. O que se notou, então, foi a política externa de Cuba mudou antes mesmo que Raúl assumisse o poder, pois a mesma está condicionada por outros fatores. De fato, houve uma mudança na forma de conduzir a política externa do país, mas isso pode ser atribuído a forma de governar de Raúl Castro, às mudanças no MINREX, mas, principalmente, ao diferente ambiente internacional. O que se entende disso, é que

mesmo que Fidel permanecesse na presidência de Cuba, ainda sim a política externa do país seria diferente, pois isso vai além de quem ocupa o cargo de presidente do país.

Desse modo, retomamos as hipóteses criadas a fim de verifica-las. A primeira delas “a mudança percebida na política externa cubana é reflexo de uma mudança geracional dentro do país” foi corroborada, mas com ressalvas, uma vez que as mudanças observadas na política não é apenas um reflexo da mudança geracional dentro do país, mas de uma combinação de fatores. A segunda “o caráter democrático das instituições responsáveis pela formulação da política externa de Cuba permite que tais mudanças externas sejam feitas” também se confirmou, uma vez que a análise do sistema político cubano demonstrou que há, sim, um caráter democrático nas instituições políticas em Cuba, tornando possível a forma com que a política externa é feita se modifique. Por fim, a terceira hipótese “as oscilações das políticas estadunidenses voltadas à Cuba – simbolizada pelas mudanças presidenciais – exigiu do governo cubano novas ações na política externa”, como no caso da primeira, também há ressalvas, ainda que se confirme. A política externa de Cuba responde às ações estadunidenses, mas do mesmo modo que responde a quaisquer estímulos externos.

REFERÊNCIAS

AHMED, Samina. Cuban foreign policy under Castro. **Pakistan Horizon**, Karachi, v. 33, n. 4, p.50-83, set/dez 1980.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five countries. Newbury Park: Sage, 1989.

ANPP. **III Legislatura (1986 – 1993)**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/iii-legislatura-1986-1993/>>. Acesso em: 06 out. 2017a.

_____. **IV Legislatura (1993 – 1998)**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/iv-legislatura-1993-1998/>>. Acesso em: 06 out. 2017b.

_____. **V Legislatura (1998 – 2003)**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/v-legislatura-1998-2003/>>. Acesso em: 06 out. 2017c.

_____. **VI Legislatura (2003-2008)**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/vi-legislatura-2003-2008/>>. Acesso em: 06 out. 2017d.

_____. **VII Legislatura (2008-2013)**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/vii-legislatura-2008-2013/>>. Acesso em: 06 out. 2017e.

_____. **Comisión de Relaciones Internacionales**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/comision-de-relaciones-internacionales/>>. Acesso em: 17 out 2017f.

ANPP. **Comisiones permanentes**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/asamblea-nacional-del-poder-popular/comisiones-permanentes/>>. Acesso em: 16 dez. 2017g.

_____. **Consejo de Estado**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/consejo-de-estado/>>. Acesso em: 06 out. 2017h.

_____. **Grupos Parlamentarios de Amistad**. Disponível em:
<<http://www.parlamentocubano.cu/index.php/asamblea-nacional-del-poder-popular/grupos-parlamentarios-de-amistad/>>. Acesso em: 17 out. 2017i.

AZICRI, Max. **Cuba**: politics, economics and society. Londres: Pinter Publishers, 1988.

BBC. **EUA incluem Cuba, Líbia e Síria no 'eixo do mal'**. 2002. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020506_eixoro.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRENNER, Philip et al (Ed.). **A contemporary Cuba reader: the Revolution under Raúl Castro**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

BUCH, Luis M.; SUÁREZ, Reinaldo. **Gobierno revolucionario cubano: primeros pasos**. Havana: Ciencias Sociales, 2010.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília: Verbena, 2014.

CHOMSKY, Aviva. **História da Revolução Cubana**. São Paulo: Veneta, 2015.

CUBA. **Constitución de la Republica de Cuba**. 1976. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>>. Acesso em: 01 out. 2017.

CUBA DEFENSA. **La Ley No. 75 de la Defensa Nacional**. Disponível em: <<http://www.cubadefensa.cu/?q=ley75>>. Acesso em: 17 out. 2017.

CUBA MILITAR. **Dirección de Inteligencia (DI)**. Disponível em: <[http://www.cubamilitar.org/wiki/Direcci%C3%B3n_de_Inteligencia_\(DI\)](http://www.cubamilitar.org/wiki/Direcci%C3%B3n_de_Inteligencia_(DI))>. Acesso em: 17 out. 2017.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. **To make a world safe for revolution: Cuba's foreign policy**. Cambridge: Harvard, 1989.

ECURED. **Bloqueo económico contra Cuba**. Disponível em: <https://www.ecured.cu/Bloqueo_económico_contra_Cuba#cite_note-25>. Acesso em: 19 dez. 2017a.

ECURED. **Bruno Rodríguez Parrilla**. Disponível em: <https://www.ecured.cu/Bruno_Rodríguez_Parrilla>. Acesso em: 19 dez. 2017b.

ECURED. **Fundación Nacional Cubano Americana**. Disponível em: <<https://www.ecured.cu/FNCA>>. Acesso em: 12 dez. 2017c.

_____. **Ramón Pez Ferro**. Disponível em: <https://www.ecured.cu/Ram%C3%B3n_Pez_Ferro>. Acesso em: 16 dez. 2017d.

_____. **Tubal Páez Hernández**. Disponível em: <https://www.ecured.cu/Tubal_P%C3%A1ez_Hern%C3%A1ndez>. Acesso em: 16 dez. 2017e.

ERISMAN, H. Michael. *Between a Rock and a Hard Place: Survival Strategy in Cuba's New Foreign Policy*. In: ERISMAN, H. Michael; KIRK, John M. (Ed.). **Redefining Cuban Foreign Policy: The Impact of the "Special Period"**. Gainesville: University Press Of Florida, 2006. p. 1-22.

_____. *Raúlista Foreign Policy: a macroperspective*. In: BRENNER, Philip et al (Ed.). **A contemporary Cuba reader: the Revolution under Raúl Castro**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. p. 221-229.

FEINSILVER, Julie. **Healing the masses: Cuban health politics at home and abroad**. Berkeley: University Of California Press, 1993.

FERNÁNDEZ, Damián J. *Opening the Blackest of Black Boxes: Theory and Practice of Decision Making in Cuba's Foreign Policy*. **Cuban Studies**, v. 22, p.53-78, 1992.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONZALEZ, Edward. *Institutionalization, political elites and foreign policy*. In: BLASIER, Cole; MESA-LAGO, Carmelo (Ed.). **Cuba in the world**. Pittsburgh: University Of Pittsburgh Press, 1979. p. 1-34.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 427 p.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

HERMANN, Charles F.. *Changing Course: When governments choose to redirect foreign policy*. **International Studies Quarterly**, Storrs, v. 34, n. 1, p.3-21, mar. 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAPCIA, Antoni. **Cuba in revolution: a history since the fifties**. Londres: Reaktion Books, 2010.

KUBALKOVA, Vendulka (Ed.). **Foreign policy in a constructed world**. Nova Iorque: Routledge, 2015.

LEOGRANDE, William M.. *After Fidel: the Communist Party of Cuba on the brink of generational change*. In: BRENNER, Philip et al. **A contemporary Cuba reader: the Revolution under Raúl Castro**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. p. 59-71.

LEOGRANDE, William M.. **The Danger of Dependence: Cuba's Foreign Policy After Chavez.** 2013. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/articles/12840/the-danger-of-dependence-cubas-foreign-policy-after-chavez>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MINREX. **Documentos de gobierno.** Disponível em: <<http://www.cubagob.cu/>>. Acesso em: 22 nov. 2017a.

_____. **Declaração do Ministério de Relações Exteriores De Cuba.** 2002. Disponível em: <<http://www.cubagob.cu/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Informação sobre os Motivos da Apreensão...** 2001. Disponível em: Disponível em: <<http://www.cubagob.cu/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Ministerio.** Disponível em: <<http://www.minrex.gob.cu/es/ministerio>>. Acesso em: 05 out. 2017b.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 797 p.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** Nova York: Public Affairs, 2005.

OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. CEPAL. **Cuba: sistema político e eleitoral.** Disponível em: <<http://oig.cepal.org/pt/paises/11/system>>. Acesso em: 02 out. 2017.

OEA. **Cúpula das Américas.** Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/topicos/cupulas.asp>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Estatuto del partido Comunista de Cuba.** Disponível em: <<http://www.pcc.cu/pdf/documentos/estatutos/estatutos6c.pdf>>. Acesso em: 22 set 2017a.

_____. **Miembros del Buró Político del Comité Central del Partido Comunista de Cuba.** Disponível em: <http://www.pcc.cu/eo_buro_politico.php>. Acesso em: 06 out. 2017b.

POMAR, Wladimir. **Cuba: revolução e reforma.** São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2016. 178 p.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista Sociologia Política,** Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 147-174.

ROMÁN, Martha Isabel Andrés. **Relaciones Cuba-EEUU: panorama inverso tres años después.** 2017. Disponível em:

<<http://www.cubadebate.cu/opinion/2017/12/17/relaciones-cuba-eeuu-panorama-inverso-tres-anos-despues/#.WjkOUlWnHIW>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

ROQUE, Felipe Pérez. **Statement from the Ministry of Foreign Affairs**. 2003.

Disponível em:

<<https://groups.yahoo.com/neo/groups/CubaNews/conversations/topics/18029>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. **Carta de Felipe Pérez Roque**. 2009. Disponível em:

<<http://www.granma.cu/granmad/2009/03/05/nacional/artic10.html>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

RUZ, Raúl Castro. **Discurso do Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros da República, Raúl Castro Ruz, na Cúpula de América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento**. Salvador, 16 de dezembro de 2008. Discurso.

_____. **Discurso del General de Ejército Raúl Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido comunista de Cuba y Presidente de Los Consejos de Estado y de Ministros, en la VII Cumbre de Las Américas**. Panamá, 11 de abril de 2015. Discurso.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. **Assessor de Lula vê "afinidade subjetiva" do Brasil com Cuba**. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/12/483072-assessor-de-lula-ve-afinidade-subjetiva-do-brasil-com-cuba.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

SILVA, Marcos Antonio da. **Cuba e a eterna Guerra Fria**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

Sítio del Gobierno de la Republica de Cuba [cubagob.cu]

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federal states as foreign-policy actors. In: MICHEL-MANN, H. J.; SOLDATOS, P. (Eds.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273-335, jul./dez. 2007.

VISENTINI, Paulo G. F.. Cuba: uma transformação silenciosa. In: DATHEIN, Ricardo (Ed.). **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 117-124.

ANEXO A – RESULTADO DAS VOTAÇÕES CONTRA O BLOQUEIO NORTE-AMERICANO A CUBA NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Anos	A favor	Contra	Abstenções	Ausências	Votaram contra
1992	59	3	71	46	EUA, Israel e Romênia
1993	88	4	57	35	EUA, Israel, Albânia e Paraguai
1994	101	2	48	33	EUA e Israel
1995	117	3	38	27	EUA, Israel e Uzbequistão
1996	137	3	25	20	EUA, Israel e Uzbequistão
1997	143	3	17	22	EUA, Israel e Uzbequistão
1998	157	2	12	14	EUA e Israel
1999	155	2	8	13	EUA e Israel
2000	167	3	4	15	EUA, Israel e Ilhas Marshall
2001	167	3	3	16	EUA, Israel e Ilhas Marshall
2002	173	3	4	11	EUA, Israel e Ilhas Marshall
2003	179	3	2	7	EUA, Israel e Ilhas Marshall
2004	179	4	7	7	EUA, Israel, Palau e Ilhas Marshall
2005	182	4	1	4	EUA, Israel, Palau e Ilhas Marshall
2006	183	4	1	-	EUA, Israel, Palau e Ilhas Marshall
2007	184	4	1	-	EUA, Israel, Palau e Ilhas Marshall
2008	185	3	2	-	EUA, Israel e Palau
2009	187	3	2	-	EUA, Israel e Palau
2010	187	2	3	-	EUA e Israel
2011	186	2	3	-	EUA e Israel
2012	188	3	2	-	EUA, Israel e Palau
2013	188	2	3	-	EUA e Israel
2014	188	2	3	-	EUA e Israel
2015	191	2	-	-	EUA e Israel
2016	191	-	2 (EUA e Israel)	-	-
2017	191	2	-	-	EUA e Israel

Fonte: EcuRed [https://www.ecured.cu/Bloqueo_económico_contra_Cuba#cite_note-25]